

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

KATHARINE LANY DE GODOY

**RIO JACARÉ-PEPIRA E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: UM  
ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE OS SABERES LOCAIS, O TURISMO  
SUSTENTÁVEL E O IMPACTO DO ASSOREAMENTO EM BROTAS (SP)**

São Carlos

2025

KATHARINE LANY DE GODOY

**RIO JACARÉ-PEPIRA E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE OS SABERES LOCAIS, O TURISMO SUSTENTÁVEL E O IMPACTO DO ASSOREAMENTO EM BROTAS (SP)**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação  
em Ciências Sociais do Centro de Ciências  
Humanas da Universidade Federal de São  
Carlos como requisito para a obtenção do  
Título de Bacharel em Ciências Sociais  
Orientador: Prof. Dr. Pedro Augusto Lolli

São Carlos

2025

Godoy, Katharine Lany de

Rio jacaré-pepira e os desafios da preservação ambiental: um estudo antropológico sobre os saberes locais, o turismo sustentável e o impacto do assoreamento em brotas (sp) / Katharine Lany de Godoy -- 2025.  
52f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Pedro Augusto Lolli

Banca Examinadora: Geraldo Luciano Andrello

Bibliografia

1. Rio jacaré-pepira. 2. Assoreamento. 3. Saberes locais..  
I. Godoy, Katharine Lany de. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática  
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

KATHARINE LANY DE GODOY

**RIO JACARÉ-PEPIRA E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE OS SABERES LOCAIS, O TURISMO SUSTENTÁVEL E O IMPACTO DO ASSOAREAMENTO EM BROTAS (SP)**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais

São Carlos, 05 de dezembro de 2025.

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Pedro Augusto Lolli

Orientador

Universidade Federal de São Carlos

---

Profª. Dr. Geraldo Luciano Andrello

Universidade Federal de São Carlos

*Para a minha mãe, Wanubia Lany de Oliveira e Silva de Godoy.  
Para todos aqueles que lutam pela causa ambiental do Rio Jacaré Pepira em Brotas.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda a minha família, que esteve ao meu lado em cada etapa dessa trajetória, oferecendo amor, apoio e força nos momentos em que mais precisei. Mas a minha mãe é a mais importante de todos os agradecimentos, mesmo sem conhecer muito sobre a área em que me formei, nunca duvidou de mim. Desde o início, ela me apoiou a estudar, a mudar de cidade e a seguir o curso que eu amava. Apesar da saudade e da distância, ela sempre foi meu combustível para chegar até aqui, para concluir a faculdade e entregar este trabalho com orgulho.

Tive a sorte de contar com companhias maravilhosas ao meu lado, especialmente do meu amor, que me ouvia mesmo sem entender, me aconselhava mesmo quando eu não queria ouvir e tinha paciência para me acolher, até nos dias em que eu mesma não me compreendia. Obrigada pelo seu amor André, sem você, a caminhada seria mais difícil.

Desde o pré-vestibular da UFSCar, existe uma pessoa muito especial que despertou em mim o encantamento pelas Ciências Sociais. Mesmo distante, ele sempre esteve presente ao longo da minha trajetória da graduação. Graças a você, Ro, eu não desisti de tentar, ganhei confiança em mim e na minha capacidade. Você transformou minha tensão em leveza e fez meus olhos brilharem pelo estudo. E hoje, eles brilham ainda mais por ter você na minha vida.

Agradeço também ao meu orientador, Pedro Augusto Lolli, que compreendeu meus devaneios e trabalhou comigo de forma natural, tornando o processo da monografia tranquilo e sem medo. Agradeço igualmente à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pelo acolhimento, pela formação crítica e pelo espaço de aprendizado que tornaram possível a realização deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos da graduação, que, mesmo enfrentando as mesmas angústias e incertezas, sempre estiveram ao meu lado. Em meio às dúvidas sobre matérias e autores, encontrei apoio, parceria e amizade. Torço, de coração, pelo sucesso e pela felicidade de cada um de vocês: Flávia Resende Marinho, Gabriel Garcia Moreira, Matheus Baldo Rinaldi, Rafael Rangel e Pietro Andreetta.

Por fim, agradeço a mim mesma e à vida, simplesmente como ela é. Quando um sonho se torna realidade, a dedicação e o esforço por trás dele não podem passar despercebidos. Encerro este ciclo com a certeza de que, se eu não tivesse tentado, teria sido muito pior. Todas as experiências que vivi nesses anos me transformaram em uma pessoa melhor e guardarei com gratidão cada dia, cada aprendizado e a maravilhosa oportunidade de ter vivido tudo isso.

## RESUMO

Este trabalho, sob uma perspectiva antropológica, aborda os desafios enfrentados pelo Rio Jacaré-Pepira, com foco especial no assoreamento, e analisa como esses processos impactam as formas de vida, o turismo e as iniciativas de preservação ambiental em Brotas (SP). A pesquisa busca compreender como diferentes atores sociais — moradores, guias turísticos, agricultores familiares, o agronegócio e membros de ONGs — percebem as transformações do rio, elemento central da identidade local. Pretende-se investigar os sentidos simbólicos e práticos associados ao Jacaré-Pepira, a forma como suas águas são usadas e significadas no cotidiano da população, e como as memórias e afetos moldam as ações de conservação. A análise ressalta, ainda, a tensão territorial entre o turismo (atividade econômica vital), a agricultura familiar, o agronegócio e as demandas ambientais. Por meio do contato com as ONGs locais, são examinados os conflitos e articulações entre saberes técnicos e populares, bem como as estratégias de sustentabilidade e educação ambiental adotadas na região. Teoricamente, o estudo se baseia em Tim Ingold, explorando suas noções de "habitar" e "paisagem como prática viva" para construir um olhar sensível às relações locais com o meio ambiente e aos saberes do território. Complementariamente, utiliza-se a perspectiva de Marisol de la Cadena, com foco em suas reflexões sobre ontologias múltiplas e saberes não-humanos, reconhecendo o rio como agente ativo na produção de mundos compartilhados.

**Palavras-chave:** Rio Jacaré-Pepira. Assoreamento. Saberes locais. Turismo sustentável. Educação ambiental.

## ABSTRACT

This paper, from an anthropological perspective, examines the challenges faced by the Jacaré-Pepira River, focusing specifically on silting and analyzing how these processes affect local livelihoods, tourism, and environmental conservation initiatives in Brotas (SP). The research aims to understand how various social actors — including residents, tourist guides, family farmers, the agribusiness sector, and NGO members — perceive the river's transformations, recognizing it as a central element of local identity. The study seeks to explore the symbolic and practical meanings associated with the Jacaré-Pepira, how its waters are used and represented in the daily lives of the community, and how memories and attachments related to the river influence conservation efforts. Additionally, the analysis highlights the territorial tensions among tourism (a key economic activity), family farming, agribusiness, and environmental demands. By engaging with local NGOs, the study investigates conflicts and connections between technical and popular knowledge and examines the local strategies for sustainability and environmental education. Theoretically, the study is based on Tim Ingold's concepts, especially his ideas of "dwelling" and the "landscape as a living practice," to develop a nuanced view of local relationships with the environment and the knowledge created within the territory. It also incorporates Marisol de la Cadena's perspectives on multiple ontologies and non-human knowledges, recognizing the river as an active agent in shaping shared worlds.

**Keywords:** Jacaré-Pepira River. Silting. Local knowledges (or Traditional knowledges). Sustainable tourism. Environmental education.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bacia Hidrográfica do Rio Jacaré Pepira	17
Figura 2 - Foto em Detalhe de Sulcos de Erosão (Voçorocas) em uma Lavoura	19
Figura 3 - Mapa com os pontos do levantamento das áreas que sofreram problemas de erosão e impactos ambientais.	20
Figura 4 - Foto Aérea/Vista Geral que mostra o Rio Assoreado e o Contraste entre Áreas de Mata Ciliar Preservada e Áreas de Uso Intenso	20
Figura 5 - Parque dos Saltos - Brotas São Paulo	37
Figuras 6 – Linha do tempo instalada no Parque dos Saltos, detalhando os marcos históricos da conservação do Rio Jacaré-Pepira.	43 e 44

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APAGIB - Associação dos Produtores da Agricultura Familiar e Agroecológica de Brotas e Região.

APP - Área de Preservação Permanente

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CONDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

FUNDEMA - Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente

LTA - Licenciamento Turístico Ambiental

ONG - Organização Não-Governamental

PSA - Pagamento por Serviços Ambientais

PMMAC - Plano Municipal de Mata Atlântica-Cerrado

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1.1 IDAS E VINDAS DE BROTAS: NOTAS SOBRE UM PERTENCIMENTO</b> .....	<b>11</b>
<b>1.2 O Rio Jacaré-Pepira Como Eixo: Contexto, Problema E Proposição</b> .....	<b>13</b>
1.3 <i>Metodologia</i> .....	16
<b>2. ENTRE A TERRA E A ÁGUA: O ASSOREAMENTO DO RIO JACARÉ-PEPIRA E AS CONTROVÉRSIAS DA GESTÃO AMBIENTAL EM BROTAS</b> .....	<b>18</b>
2.1 O ASSOREAMENTO DO RIO JACARÉ-PEPIRA .....	18
2.2 <i>As Controvérsias Da Gestão Ambiental Em Brotas</i> .....	23
2.3 <i>O Rio Como Campo De Disputa Simbólica E Política</i> .....	27
<b>3. ENTRE PLANTAÇÕES E CORREDEIRAS: AGRICULTURA FAMILIAR, TURISMO SUSTENTÁVEL E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO</b> .....	<b>29</b>
3.1 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL EM BROTAS: O CASO DA APAGIB E O RIO JACARÉ PEPIRA .....	29
3.2 <i>Do Pioneirismo à Mercantilização: Brotas, um Exemplo de Turismo Sustentável?</i> .....	31
3.3 <i>Relação Entre Turismo, Agricultura E Meio Ambiente</i> .....	32
3.4 <i>Conflitos De Interesse E Prioridades Econômicas</i> .....	35
<b>4. EDUCAR PARA PERTENCER: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS COM O RIO JACARÉ-PEPIRA</b> .....	<b>38</b>
4.1 O DESAFIO DA CONTINUIDADE E O ENGAJAMENTO NA CAUSA AMBIENTAL DE BROTAS .....	38
4.2 <i>O Papel das Organizações Perante o Desafio</i> .....	40
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	<b>47</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>49</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 IDAS E VINDAS DE BROTAS: NOTAS SOBRE UM PERTENCIMENTO.

Vivi em Brotas por 20 anos e, durante esse período, a vida por lá sempre me proporcionou muito conforto e paz. A cidade, com aproximadamente trinta mil habitantes, opera em um tempo particular; tudo é mais devagar e tranquilo, uma realidade distinta das grandes metrópoles. Essa lentidão e a intensa convivência com a natureza formaram meus laços mais profundos com a cidade.

Sempre tive um contato íntimo com a natureza desde menina: nadar no rio, descer de boia<sup>1</sup>, praticar esportes radicais e ficar na rua até tarde foram atividades recorrentes na minha infância e adolescência. Não há como eu, hoje, não me sentir visceralmente ligada a essa terra.

Mesmo após a mudança para São Carlos, para estudar na UFSCar, Brotas sempre esteve presente em minhas memórias e na minha saudade. Eu me pegava pensando nos momentos felizes, tendo como plano de fundo o privilégio de ter vivido em um ambiente cheio de paisagens naturais, cachoeiras e o lazer que tantos buscam e viajam para conhecer.

Nos meus últimos meses antes de ir para São Carlos, eu vivia um grande impasse: o desejo de sair dessa cidade tão pequena para aprender novas coisas e conhecer outras realidades, e a vontade de não ir e ficar perto dos meus familiares e amigos, e dos laços que construí. Porém, o processo da mudança veio.

Na faculdade, eu me sentia um tanto perdida sobre o que pesquisar<sup>2</sup>, nada me preenchia e me confortava. Até que, próximo à conclusão do curso, um professor disse à turma: “Pesquisem sobre aquilo com que vocês tenham afinidade”. Aquilo foi como um abraço, e não pensei em mais nada além de lembrar da minha cidade natal.

Foi nesse grande devaneio que me encontrei com a inquietude de entender como a realidade em Brotas havia mudado. Eu estava no meio do curso quando houve a notícia sobre o assoreamento do Rio Jacaré-Pepira e ali, mesmo sem entender completamente a gravidade, só pude compreender o quanto isso afetou a cidade conversando com amigos guias de rafting e boia-cross. Nessas conversas informais de mesa de bar, percebi que o rio era o cerne de toda

---

<sup>1</sup> Era de costume utilizarmos câmaras de ar de pneus de caminhões, adaptadas como boias, uma prática artesanal que difere das boias profissionais usadas nas atividades de Boia-Cross. Ajustávamos-nos no círculo interno do pneu e nos guiávamos pelos braços, seguindo o fluxo do rio durante o percurso.

<sup>2</sup> Dado que, desde quando entramos no curso de bacharelado em Ciências Sociais na UFSCar já nos é apresentado, inevitavelmente, a pesquisa como um só fim para a nossa graduação.

a conjuntura da cidade, constituindo-se, ao longo dos anos, em um grande agente ativo em Brotas.

Diante desse encontro com o que pesquisar e como, a antropologia nunca foi uma dúvida para mim; antes mesmo da aprovação em Ciências Sociais, ela já era minha ênfase escolhida. Para mim, o método de pesquisa antropológico, a etnografia e a observação participante configuram o próprio modo de fazer pesquisa pela vivência.

Para dar corpo a essa visão, nas últimas disciplinas, conheci brevemente o debate sobre o Antropoceno, o termo proposto por alguns cientistas para designar a atual época geológica, na qual a ação humana se tornou a principal força motriz de transformação do planeta, alterando o clima e os sistemas terrestres. Essa nova perspectiva, ao reconhecer o impacto geológico da humanidade, abriu caminho para leituras sobre habitar as paisagens ativamente (INGOLD, 2015), que defendem a vida como um emaranhado de linhas e trajetórias em constante movimento e a noção dos seres-terras (DE LA CADENA, 2024), onde se reconhece às entidades não-humanas como agentes políticos e ontológicos. Essa perspectiva me permitiu ver o rio não apenas como um mero recurso, mas como um personagem central na cosmopolítica de Brotas, cujos fluxos e processos são tão importantes quanto os nossos, constituindo um território de agência mútua.

Em conversas com meu orientador, apresentei sucintamente a história do assoreamento e como pretendia conduzir a discussão sobre o Rio Jacaré-Pepira como um agente ativo que constitui os valores, a cultura e a sociabilidade da cidade. Pois bem, voltei para Brotas neste último semestre do curso com essa ideia na cabeça e me dediquei à escrita da monografia, bem como à pesquisa de campo. O resultado é este trabalho, constituído pela profunda afinidade com o tema.

Dada a limitação do tamanho de uma monografia, não irei me propor a esmiuçar sobre a história geral de Brotas ou o seu turismo de aventura. Quero focar no assoreamento do Rio Jacaré-Pepira e como ele afeta toda uma comunidade que o presencia; apenas passarei pelos detalhes principais ao longo desse percurso e pelas ramificações que ele causou.

## 1.2 O Rio Jacaré-Pepira Como Eixo: Contexto, Problema E Proposição

*Tudo se liga ao jacaré-pepira, ele é a veia pulsante que atravessa a cidade.*

ENTREVISTADO 4

Localizado no coração do estado de São Paulo<sup>3</sup>, o município de Brotas é reconhecido por sua estreita relação com a natureza, especialmente com o Rio Jacaré-Pepira, que constitui um dos principais elementos de sua paisagem e identidade. Esta conexão profunda está inscrita, inclusive, em sua nomenclatura: o nome do rio tem origem Tupi-Guarani. Segundo estudos etimológicos, a palavra *yacaré* (grafia original) significa "aquele que olha de lado" ou "aquele que é torto". Já o termo *pepira* apresenta duas interpretações que remetem às características do curso d'água: *yacaré pepira*, que sugere "jacaré esfolado ou descascado" em alusão à sua navegabilidade tortuosa e à presença abundante de pedras; ou *peperi mirim*, que pode ser traduzido como "rio de quebradas pequenas", ambas as versões descrevendo a natureza sinuosa e acidentada do rio<sup>4</sup>. Conhecido por suas águas limpas e corredeiras que atraem praticantes de rafting, canoagem e outras atividades de aventura, o rio vai além de um recurso natural: é um marco simbólico e afetivo na vida dos moradores. Nos últimos anos, entretanto, o Jacaré-Pepira vem enfrentando um processo acentuado de assoreamento, decorrente de práticas de manejo inadequadas, do desmatamento das margens e da expansão agrícola. Esses fatores comprometem não apenas o equilíbrio ecológico da bacia hidrográfica, mas também impactam o turismo e o modo de vida da população local.

Brotas, reconhecida nacionalmente pelo turismo de aventura e pela conexão entre natureza e identidade, tem no Jacaré-Pepira um elemento central para sua cultura, seu lazer e sua economia. Contudo, diante do quadro de assoreamento e degradação exposto anteriormente, este trabalho propõe-se a compreender, a partir da perspectiva antropológica, como os moradores, empresários do turismo e demais atores sociais percebem e vivenciam os impactos dessa crise. A pesquisa foca, portanto, na forma como se articulam em torno da preservação do rio, evidenciando os saberes tradicionais, os conflitos e as ações socioambientais que buscam reequilibrar a relação sociedade-natureza.

A trajetória de Brotas como destino de ecoturismo e aventura é objeto de estudo há anos, sendo fundamental para compreender o dilema atual da sustentabilidade. Trabalhos como a dissertação de Agnelli (2006) já apontavam, no início do século XXI, para a tensão

---

<sup>3</sup> Brotas é popularmente conhecida como "o coração de São Paulo", uma metáfora que se alinha à sua importância hidrológica e também ao fato de o município apresentar um formato semelhante a um coração quando observado em mapas.

<sup>4</sup> Informação coletada do site da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Brotas. Disponível em: <<https://www.brotas.sp.gov.br/geofisica>>. Acesso em: 21 de out. 2025

entre o crescimento turístico e os impactos negativos sobre o município, problematizando a euforia do desenvolvimento diante dos desafios da conservação. Em uma perspectiva mais recente, Bandeira e Soutto Mayor (2021) analisam o processo histórico que transformou a cidade em um destino esportivo nas décadas de 1980 e 1990, mostrando como a produção do espaço turístico se articulou em torno do Rio Jacaré-Pepira. Tais estudos estabelecem um importante pano de fundo, indicando que o debate sobre a sustentabilidade e os conflitos de interesse em Brotas não são novos, mas sim uma questão estrutural que se intensifica com a crescente pressão sobre o meio ambiente.

A aproximação entre Antropologia e Turismo revela-se um campo de investigação fundamental para ir além de análises meramente econômicas ou geográficas. Conforme argumentam Melo (2004) e Silva (2008), a antropologia oferece as ferramentas conceituais e etnográficas necessárias para compreender o turismo como um complexo fenômeno social e cultural, analisando a interação entre turistas, anfitriões e o significado dos lugares. Nesse contexto, a crítica às relações predatórias e o estudo das implicações do turismo para a apropriação da natureza e para as comunidades tradicionais ganham destaque na literatura (ROMEIRO; FILHO, 2025; OLIVEIRA, 2025). Essa perspectiva é crucial para o caso de Brotas, onde a atividade turística coexiste em tensão com a conservação e outras formas de uso do território.

Complementarmente, este trabalho insere-se na vertente das etnografias das paisagens. Essa abordagem permite que a paisagem não seja vista como um mero cenário inerte, mas como um registro ativo das práticas, relações e conflitos sociais que a moldam (SILVA, 2021). Portanto, a pesquisa transcende a análise do turismo enquanto apenas um setor econômico, focando em como ele se inscreve na vida do Rio Jacaré-Pepira. O rio, neste sentido, é tratado como uma paisagem viva, cuja degradação e conservação refletem as tensões entre as diversas formas de habitar e utilizar o território, direcionando o olhar para a forma como os afetos e os saberes locais contribuem para a construção de um novo modelo de convivência e de uma ética de cuidado.

Do ponto de vista etnográfico, Brotas revela um tecido social em que se entrelaçam diferentes modos de perceber, usar e cuidar da natureza. As falas de agricultores, empresários do turismo, ambientalistas, guias e moradores expressam visões plurais sobre o rio, que se configuram como campos de disputa simbólica e prática em torno do que significa “preservar”. Inspirada nos pressupostos da antropologia ecológica e das ontologias relacionais, buscarei compreender como essas percepções se manifestam nas práticas cotidianas de cuidado mais-que-humanos que envolvem e sustentam o Rio Jacaré-Pepira.

Seguindo a ética especulativa de María Puig de la Bellacasa (2017), o estudo enfoca o cuidado não apenas como uma obrigação moral humana, mas também como uma rede de engajamento material e afetivo com o ambiente, revelando as formas de resistência e de engajamento ambiental.

Em complemento, como propõe Tim Ingold (2015), o ambiente não é apenas um cenário estático onde os humanos vivem, mas um campo de relações vivas e em movimento, no qual seres humanos, rios, plantas e outros elementos se co-produzem continuamente. A partir dessa perspectiva, o Jacaré-Pepira é compreendido não apenas como objeto de estudo, mas também como agente relacional, cuja presença e transformação influenciam as práticas sociais e os modos de habitar o território. Em diálogo com Ingold, Marisol de la Cadena (2024) contribui para pensar o rio como um ente mais-que-humano, participante ativo das redes políticas e ecológicas que configuram Brotas. Assim, compreender o processo de assoreamento e as ações de preservação implica também reconhecer os múltiplos mundos e saberes que se articulam em torno dele.

Historicamente, Brotas teve seu desenvolvimento econômico e cultural profundamente ligado à exploração de recursos naturais. Fundada em 1837, a cidade passou de uma economia agropecuária, baseada na produção de café e cana-de-açúcar, para se tornar um polo de turismo sustentável e de educação ambiental a partir da década de 1990. Essa transição, contudo, trouxe novos desafios: a conciliação entre conservação ambiental, uso econômico dos recursos e valorização dos saberes locais. Nesse contexto, o Rio Jacaré-Pepira emerge como um símbolo das tensões entre desenvolvimento e sustentabilidade, entre tradição e inovação, entre natureza e cultura.

Nesse contexto, este trabalho compreende o Rio Jacaré-Pepira como um lugar de encontro entre saberes, práticas e cosmologias, onde se entrelaçam dimensões ecológicas, sociais e simbólicas. Inspirada pelas perspectivas de Ingold (2015) e De la Cadena (2024), o trabalho propõe olhar o rio não apenas como um recurso ameaçado, mas como um ser relacional que convoca alianças e responsabilidades. A partir da observação de campo, entrevistas e análise documental, o estudo contribui para o debate sobre preservação ambiental e conhecimento local, revelando como, em Brotas, cuidar do rio é também cuidar da própria vida coletiva (PUIG DE LA BELLACASA, 2017).

O trabalho está estruturado em três seções principais. A primeira, intitulada “Entre a Terra e a Água: o assoreamento do Rio Jacaré-Pepira e as controvérsias da gestão ambiental em Brotas”, discute o histórico recente do assoreamento do Rio Jacaré-Pepira, examinando as

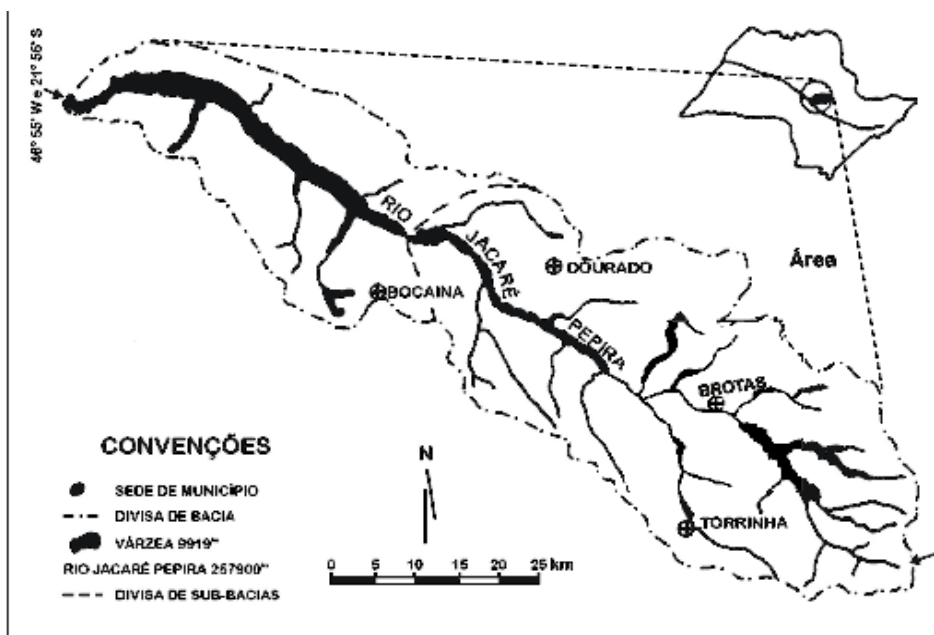
políticas públicas, as ações institucionais e as tensões entre os diferentes agentes de governança ambiental. A segunda seção, “Entre plantações e corredeiras: agricultura familiar, turismo sustentável e os desafios da preservação”, analisa como pequenos produtores rurais e empreendedores do turismo local se articulam para conciliar práticas econômicas e ações de preservação. Por fim, a terceira seção, “Educar para pertencer: práticas de educação ambiental e construção de vínculos com o Rio Jacaré-Pepira”, aborda iniciativas educativas e comunitárias voltadas à conscientização ambiental e reflete sobre o papel da educação na construção de uma relação de pertencimento entre os cidadãos e o rio.

Dessa forma, propõe-se uma análise antropológica que entrelaça história, ecologia e cultura, buscando compreender as múltiplas formas pelas quais o povo brotense se relaciona com o Rio Jacaré-Pepira e o significado de preservá-lo em meio às transformações ambientais e sociais contemporâneas.

### 1.3 *Metodologia*

A área de estudo compreende a bacia hidrográfica do rio Jacaré Pepira (Figura 1) que ocupa uma área de 2.670,28 km<sup>2</sup>, tendo sua principal nascente localizada na Serra de Itaqueri, próxima a divisa dos municípios São Pedro/ Itirapina/ Brotas (altitude de 960 m) e deságua no rio Tietê, no município de Ibitinga (a altitude de sua foz é de aproximadamente 400m). A distribuição espacial da bacia é ilustrada por um mapa histórico elaborado pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) em 1970. No território de Brotas, o rio atravessa zonas urbanas, rurais e áreas de proteção ambiental, constituindo um espaço de interações complexas entre práticas agrícolas, políticas públicas e iniciativas de preservação.

### **Figura 1 - Bacia Hidrográfica do Rio Jacaré Pepira**



Fonte: INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS (IAC), Secretaria dos Negócios do Estado da Agricultura e Abastecimento de São Paulo (1970).

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter etnográfico, buscando compreender as percepções, práticas e significados atribuídos ao Rio Jacaré-Pepira por diferentes atores sociais de Brotas. Para a coleta de dados, realizou-se a observação participante, que envolve visitas a áreas do rio, permitindo uma aproximação direta às dinâmicas locais e às ações de preservação ambiental. Essa imersão etnográfica é fundamental para captar o conhecimento produzido na experiência, a partir da perspectiva do habitar (INGOLD, 2015), opondo-se à mera coleta de dados factuais e buscando a compreensão das ontologias relacionais.

Além disso, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas, todas em 2025, com interlocutores-chave, selecionados por sua trajetória de envolvimento e pela pluralidade de papéis desempenhados na governança e conservação do Rio Jacaré-Pepira. Os participantes incluem:

1. Uma representante de ONG ambiental (Entrevistada 1) com experiência em projetos de educação ambiental;
2. Um ativista e membro de conselhos ambientais (Entrevistado 2), com experiência em movimentos como a ONG Movimento Rio Vivo;

3. Uma agente público (Entrevistada 3) com experiência na gestão municipal e na mediação de conflitos intersetoriais;
4. Um co-fundador da associação de agricultura familiar (Entrevistado 4), ativo na defesa da agroecologia e em iniciativas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Essa diversidade de experiências que abrange a agricultura familiar, o turismo, a gestão pública e o ativismo ambiental permitiu captar as narrativas, as múltiplas percepções e as ações concretas desses sujeitos ao longo do tempo. Para preservar a confidencialidade e a privacidade, as falas dos participantes são identificadas ao longo do texto por códigos numéricos (Entrevistado 1, Entrevistado 2, etc.). Ademais, foram respeitados rigorosamente os aspectos éticos envolvidos na investigação com os entrevistados. Antes da realização das entrevistas, os interlocutores foram informados sobre os objetivos do estudo e garantiram sua participação voluntária.

A pesquisa também contará com uma análise documental, abrangendo o exame de planos diretores, estudos ambientais, reportagens locais e materiais produzidos por organizações não governamentais envolvidas com a causa ambiental. Por fim, será utilizado um diário de campo, no qual serão registradas, de forma sistemática, minhas observações, impressões e reflexões ao longo de todo o processo investigativo, contribuindo para uma análise mais profunda e reflexiva dos dados coletados.

## **2. ENTRE A TERRA E A ÁGUA: O ASSOREAMENTO DO RIO JACARÉ-PEPIRA E AS CONTROVÉRSIAS DA GESTÃO AMBIENTAL EM BROTAS**

### **2.1 O ASSOREAMENTO DO RIO JACARÉ-PEPIRA**

O ano de 2023 marcou um ponto de inflexão no debate ambiental em Brotas, quando o assoreamento do Rio Jacaré-Pepira<sup>5</sup> emergiu como um tema central. Para que se compreenda a dimensão do problema, o assoreamento pode ser definido, de maneira simples, como o entupimento do rio, ou seja, o acúmulo excessivo de sedimentos (terra, areia e outros materiais sólidos) no fundo do rio. Essa deposição resulta diretamente na redução da profundidade e da capacidade de volume de água do leito. O processo é desencadeado principalmente pela erosão hídrica do solo em áreas vizinhas: quando a vegetação protetora,

---

<sup>5</sup> GLOBO, **Assoreamento provocado pelo plantio de cana ameaça o rio Jacaré Pepira em Brotas, diz prefeitura.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2023/03/03/assoreamento-provocado-pelo-plantio-de-cana-ameaca-o-rio-jacare-pepira-em-brotas-diz-prefeitura.ghtml>. Acesso em: 17 de. out, 2025.

como as vitais matas ciliares, é removida, o solo fica desguarnecido. A água da chuva (ou de irrigação), em vez de ser absorvida, escoar rapidamente pela superfície, desagregando e arrastando essas partículas de terra diretamente para o rio. Em Brotas, essa degradação do solo, ligada ao uso intensivo e à expansão de áreas agrícolas, tem provocado não apenas a alteração física do Jacaré-Pepira, mas também uma visível perda de transparência da água, sinalizando um desequilíbrio profundo na bacia hidrográfica, com 14 pontos de erosão identificados na área.

**Figura 2 - Foto em Detalhe de Sulcos de Erosão (Voçorocas) em uma Lavoura**



Fonte: Dossiê sobre os problemas de manejo de solo e impactos ambientais no Município de Brotas, 2023.

**Figura 3 - Mapa com os pontos do levantamento das áreas que sofreram problemas de erosão e impactos ambientais.**



Fonte: Dossiê sobre os problemas de manejo de solo e impactos ambientais no Município de Brotas, 2023.

**Figura 4 - Foto Aérea/Vista Geral que mostra o Rio Assoreado e o Contraste entre Áreas de Mata Ciliar Preservada e Áreas de Uso Intenso**



Fonte: Dossiê sobre os problemas de manejo de solo e impactos ambientais no Município de Brotas, 2023.

No entanto, como revelam as entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, o assoreamento não é apenas um problema técnico, mas também um campo de controvérsias, no qual diferentes atores disputam sentidos, responsabilidades e soluções.

É no âmbito dessa complexidade entre a agência da natureza e o regime legal da propriedade que se insere o caso, que foi amplamente atribuído à Indústria de Energia Raízen. Sendo detentora dos canaviais onde se localizavam os pontos de erosão que causaram o sedimento, o caso da Raízen ilustra perfeitamente como a dificuldade em comprovar a causalidade ambiental se choca com a visibilidade social do dano.

Tudo começou quando um proprietário local denunciou a empresa, alegando que as curvas de nível nas plantações estavam incorretas. Segundo o proprietário, pequenas alterações foram feitas para otimizar a produção, o que, juntamente com as chuvas fortes, causaram desastres. A Raízen, por sua vez, negou a acusação, alegando que a causa do dano ambiental foi exclusivamente as chuvas fora do normal e que seguia todas as recomendações da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e adotava as melhores práticas de conservação do solo.

Essa disputa de narrativas se aprofunda na forma como a companhia opera: embora suas propriedades próprias tenham Áreas de Proteção Permanente (APPs) bem definidas e protegidas, nas terras arrendatárias a responsabilidade de proteção das APPs recai sobre o proprietário da terra, e é nesse ponto que surge o impasse com a regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Este registro é autodeclaratório, cabendo ao dono do imóvel informar e mapear a situação ambiental da área. A parte essencial do cadastro é o georreferenciamento, onde o proprietário delimita no mapa o perímetro total do imóvel e as áreas de interesse ambiental, como as APPs, a localização da Reserva Legal (RL) e os remanescentes de vegetação nativa, fornecendo uma base de dados estratégica para o controle e o planejamento da propriedade no contexto do novo Código Florestal.

Contudo, essa lógica se aprofunda quando se analisam as cadeias de arrendamento. Para muitos proprietários rurais que arrendam suas terras para a Raízen, estar em conformidade com a regulamentação ambiental não se configura como um fator atrativo. Isso ocorre porque, na ausência de mecanismos compensatórios eficazes, a proteção ambiental não gera lucro imediato, e o interesse primordial reside na rentabilidade do arrendamento. A partir do momento em que o dinheiro da locação da terra começa a ser creditado na conta, o engajamento com práticas de conservação de longo prazo perde relevância. Essa postura reforça a prioridade do lucro imediato — metaforizado na expressão local de 'pix da

cana-de-açúcar<sup>6</sup> — em detrimento do cuidado ambiental, delegando a responsabilidade do manejo sustentável para um terceiro (a empresa) ou, em última instância, ignorando-a.

A inércia na conservação, observada na prioridade dada ao lucro do arrendamento, é agravada por uma série de fragilidades na estrutura de fiscalização e gestão territorial. A entrevistada 1, gerente de projetos da ONG Instituto Astral, informou que uma das dificuldades cruciais é a fiscalização ineficiente da Polícia Ambiental, frequentemente sobrecarregada em sua área de atuação. Além disso, há um desafio sistêmico na gestão de dados: as prefeituras não acessam o sistema do Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que cria uma lacuna de informação e controle entre os níveis de governo. Este problema se soma à divisão de competências, na qual o poder público municipal é legalmente responsável pela área urbana, mas seu limite de atuação se torna ambíguo ou restrito na área rural, cuja vigilância e atuação legal cabem, primariamente, ao poder de polícia ambiental do Estado. Como resultado dessa fragmentação institucional, a comunicação com os proprietários de terra é dificultada, especialmente porque muitos residem fora do município ou simplesmente desconhecem suas obrigações legais relativas às Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Apesar das fragilidades na fiscalização, a preservação ambiental em Brotas não ocorre no vácuo, mas sim no contexto de uma complexa rede de governança que envolve diversos atores e mecanismos institucionais. As instituições locais, como a representada pela entrevistada 1, demonstram engajamento ativo, participando de conselhos municipais cruciais para a articulação de políticas, como os Conselhos de Meio Ambiente, de Segurança Alimentar e de Turismo. A entrevistada também participa diretamente de conselhos de gestão de Unidades de Conservação (UCs) regionais, que delimitam o esforço de proteção na área:

1. Estação Ecológica Mata do Jacaré (divisa com São Carlos);
2. Estação Ecológica Experimental de Itirapina (divisa com Itirapina);
3. Área de Proteção Ambiental (APA) Cuesta Corumbataí (abrange Brotas e outros municípios).

A gestão dessas UCs é, por si só, um exercício de governança compartilhada. A Fundação Florestal, órgão do Estado de São Paulo, é responsável pela gestão executiva e pela burocracia das estações ecológicas e da APA. Contudo, essa gestão se dá por meio de Conselhos, que reúnem ativamente membros das prefeituras e das ONGs locais. É crucial

---

<sup>6</sup> Expressão utilizada pelos interlocutores para se referir ao lucro rápido, imediato e de alto volume gerado pela venda da safra de cana-de-açúcar. A metáfora associa o pagamento veloz e instantâneo do sistema Pix (transferência eletrônica) à lógica da monocultura, que oferece retorno financeiro de curto prazo em contraste com o investimento de longo prazo necessário para a conservação e práticas sustentáveis.

notar que a APA Cuesta Corumbataí, por ser uma unidade de uso sustentável, permite a coexistência de atividades produtivas (plantio e criação), mas seu Plano de Manejo, ainda em desenvolvimento, é o instrumento que detalhará as restrições e as exigências de proteção para áreas sensíveis, como nascentes e ecossistemas de cerrado. O papel do IBAMA, por fim, é delegado, na maioria das vezes, à gestão estadual, reforçando a centralidade da Fundação Florestal e dos conselhos locais na dinâmica ambiental de Brotas.

A entrevistada destaca na entrevista que “*O rio mudou após assoreamento, turistas não percebem, mas moradores sim*” (Entrevistada 1, 2025). Para ela, a questão do assoreamento é, antes de tudo, uma consequência de uma lógica de produção que prioriza o lucro imediato, com pouca atenção às práticas de manejo sustentável. A ONG, segundo relata, tem buscado promover um diálogo entre o poder público, os produtores rurais e o setor turístico, mas esbarra em entraves institucionais e em interesses divergentes.

A tensão se manifestou publicamente quando, após a veiculação da reportagem pela EPTV<sup>7</sup>, a Indústria Raízen iniciou o diálogo com as partes. A visibilidade e o temor de dano à imagem no setor de turismo impulsionaram a empresa a negociar e, posteriormente, a financiar o Plano Municipal de Mata Atlântica e Cerrado de Brotas (PMMAC). Este plano estabelece diretrizes essenciais de política pública e planejamento territorial, cujo objetivo principal é diagnosticar, conservar e recuperar os remanescentes dos biomas Mata Atlântica e Cerrado existentes no município de Brotas (SP). O PMMAC cumpre a função de mapear a localização e o estado de conservação dessas vegetações nativas e, a partir desse diagnóstico, estabelece as diretrizes e metas prioritárias para a gestão ambiental local. Seu foco é orientar a proteção das Áreas de Preservação Permanente (APPs), promovendo a recuperação de áreas degradadas e compatibilizar o uso do solo (rural e urbano) com a legislação ambiental, garantindo a proteção da biodiversidade e dos recursos hídricos do município a longo prazo.

## 2.2 As Controvérsias Da Gestão Ambiental Em Brotas

As divergências em torno do assoreamento do Jacaré-Pepira revelam uma crise de governança ambiental que extrapola o mero dano ecológico, expondo a fragmentação institucional e a descontinuidade política. O entrevistado 2, representante do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) e fundador da ONG Movimento Rio Vivo, enfatiza que, apesar de Brotas possuir um dos rios mais preservados do estado, a pressão sobre ele aumentou muito nos últimos anos. Em suas palavras, “*o problema não é só*

---

<sup>7</sup> GLOBO. *Assoreamento do Rio Jacaré é tema de reportagem*. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11415352/>. Acesso em: 16 de out. 2025.

*ambiental, é de governança, falta continuidade nas ações, falta integração entre as secretarias e, muitas vezes, sobra discurso e falta prática*” (Entrevistado 2, 2025). O mesmo afirma que as participações nos conselhos ambientais diminuíram; apenas seis dos treze conselhos da bacia do Rio Jacaré estão ativos. Em geral, a comunidade não participa ativamente das discussões, e a chamada “luta ambiental” acaba recaindo sobre um pequeno grupo de pessoas que se revezam em diferentes cargos e funções. Nesse contexto, movimentos como o dos guias turísticos ganham relevância, já que esses profissionais, ao acompanharem o rio diariamente e conhecerem de perto suas transformações, tornam-se, na prática, os olhos atentos que suprem uma falha maior. Sua observação atesta que a fiscalização ambiental estadual (ou dos órgãos competentes) tem sido limitada, a inação é justificada, como apontado pelos entrevistados, pela limitação de recursos da Polícia Ambiental para fiscalizar as mais de 1.400 propriedades rurais de Brotas, o que acaba contribuindo diretamente para a persistência de práticas inadequadas de uso do solo, mesmo em áreas de preservação como nascentes e APPs.

A legislação ambiental brasileira considera a natureza um “recurso”. Não um “agente de direito” com direitos próprios. Essa perspectiva legal reflete a crítica levantada pela antropóloga Marisol de la Cadena (2024), que argumenta que o modelo moderno ocidental impõe uma visão de "Natureza" (com N maiúsculo) como algo separado dos humanos e passível de ser transformado em recurso. Para a autora, essa separação ontológica ignora as cosmopolíticas, onde a terra, os rios e as montanhas são tidos como agentes vivos. Essa visão se manifesta na presença dos *tirakuna*, ou como ela apresenta em sua obra, os “seres-terra”, cuja existência borra a distinção entre humanos e natureza, participando ativamente das relações sociais, econômicas e políticas de uma região:

“E quer em suas relações com o Estado, quer com a economia turística regional, os *tirakuna* – que, para lembrar o leitor, eu traduzo como “seres-terra” – tinham uma presença que borrava a distinção conhecida entre humanos e natureza... Emergindo dessas relações está uma região socionatural que participa de mais de um modo de ser... Pelo contrário, elas confundem essa divisão e revelam a complexa historicidade que faz da região ‘nunca moderna’.” (DE LA CADENA, 2024, p. 40-41).

Ao reconhecer a complexidade dessa "região socionatural", a crítica de De La Cadena (2024) demonstra que a própria realidade do Brasil – onde rios e matas são centrais para a economia e o modo de vida – é uma composição que constantemente se sobrepõe às práticas modernas e não modernas, desafiando a redução simplista da natureza a mero recurso.

Ao reduzir o ambiente a mero recurso, a lei brasileira se alinha ao "antropo-cego" (DE LA CADENA, 2018, p. 100). O cerne dessa cegueira reside no fato de que o aparato legal só consegue processar a natureza como objeto de propriedade ou recurso estático, tornando invisíveis as entidades não-humanas e as relações de agência envolvidas em conflitos ambientais. Isso dificulta a justiça em casos como o de assoreamento, que é, em última instância, uma disputa entre diferentes modos de coexistência: o extrativista e o agroecológico. Essa limitação ontológica se traduz em lacunas operacionais: é extremamente difícil provar a origem exata de todo o sedimento em um rio, pois o direito moderno não foi construído para lidar com a complexidade de um circuito de interdependência hídrica e edáfica<sup>8</sup>. Exemplo disso é o caso da Raízen: a empresa utilizou justamente o argumento da incerteza causal, ou seja, a dificuldade em identificar o agente exato ou o ponto de origem do sedimento, diluído entre terras próprias e arrendadas para se desvencilhar da responsabilidade.

Assim, ela conseguiu escapar da obrigação de desassorear o rio ou de impor a seus arrendatários a proteção rigorosa das Áreas de Preservação Permanente (APPs). A jurisprudência, ao aceitar essa incerteza probatória, confirma a vitória do modelo legal "antropo-cego", que prioriza a lógica do recurso explorável e a diluição da responsabilidade em detrimento da ética da interdependência e da coexistência.

A fala da entrevistada 3, secretária do Meio Ambiente, revela o outro lado dessa controvérsia: o das políticas públicas e da tentativa de articulação institucional. Ela explica que a prefeitura tem buscado implementar projetos de recuperação de mata ciliar e parcerias com ONGs, mas reconhece que há limitações orçamentárias e políticas. A entrevistada alega que: *“Temos boas iniciativas, mas é difícil manter o ritmo quando muda a gestão ou quando o produtor rural não se vê como parte do problema”* (Entrevistada 3, 2025). Essa dificuldade em conciliar o esforço institucional com o engajamento da comunidade rural evidencia um desencontro entre as práticas de gestão e o conhecimento prático dos habitantes do rio, gerando rupturas na rede de cuidado. Isso ocorre porque, segundo Ingold (2015), o conhecimento não é algo que se possui ou se planeja de forma isolada, mas sim algo que se faz ao "habitar" e estar dentro da experiência (INGOLD, 2015, p. 41), o que sugere que a política pública falha ao não ser construída a partir da imersão mútua entre gestão e comunidade.

Em composição, o entrevistado 4, cofundador da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar e Agroecológica de Brotas e Região (APAGIB) e representante da

---

<sup>8</sup> Termo que se refere ao solo, especialmente no que diz respeito a suas características físicas e químicas, e às características e relações dos organismos vivos que vivem no solo.

agricultura familiar, traz uma perspectiva situada no cotidiano da produção rural. Para ele, o assoreamento “*é consequência de anos de plantio mal orientado, de enxurradas levando a terra das propriedades para o rio*” (Entrevistado 4, 2025), mas também um sinal de que é preciso pensar o campo como parte do ecossistema. Ele aponta que muitos pequenos produtores têm buscado alternativas, como o plantio direto e a recuperação de nascentes, mas critica a ausência de políticas públicas mais consistentes. Sua fala expressa um olhar relacional sobre o ambiente, no qual o solo, a água e o trabalho humano compõem um mesmo circuito de interdependência, uma ideia que ressoa na noção de “mundos em relação” (DE LA CADENA, 2024). Essa perspectiva ontológica sugere que o conflito socioambiental transcende a dimensão da política moderna, exigindo um reconhecimento da agência dos não-humanos. A crítica do produtor à inação estatal, portanto, encontra eco na falha do Estado em lidar com as existências não-modernas do território. Essa falha se manifesta na incapacidade de “estender a historicidade para incluir não humanos em eventos”, conforme discutido por De la Cadena (2024) ao analisar as histórias de Mariano, onde a autora propõe que:

“...no lugar de estender a historicidade para incluir não humanos em eventos, seguindo as histórias de Mariano, estende-se o acontecimento aos seres-terra, entidades cujos regimes de realidade e as práticas que os fazem surgir, diferentemente da História ou da Ciência, não requerem prova para afirmar sua realidade. Certamente eles não podem nos persuadir de que existem; contudo, nossa incapacidade de sermos persuadidos sobre sua participação na produção do arquivo de Mariano não autoriza a negação de seu ser.” (DE LA CADENA, 2024, p. 221-222).

A insistência do agricultor em "pensar o campo como parte do ecossistema" atua, nesse sentido, como uma "prática de fazer mundo" que resiste à negação modernista, defendendo uma cosmopolítica de coexistência.

Essas vozes, quando postas em diálogo, revelam o caráter multidimensional do assoreamento em Brotas. Trata-se de um fenômeno ecológico, mas também social, histórico e político. O que se observa é uma constante tensão entre as práticas locais de manejo da terra e as estruturas formais de gestão ambiental, produzindo um cenário em que o rio se torna um agente que mobiliza ações, discursos e disputas.

O assoreamento pode ser compreendido não apenas como um problema ambiental, mas como um evento relacional que expõe as diferentes formas de habitar e significar o mundo em Brotas. Para alguns, o rio é um indicador de políticas públicas eficazes ou falhas; para outros, é um símbolo de identidade e ancestralidade local. Há ainda aqueles que o veem como parte viva da paisagem, com agência própria, capaz de afetar o ritmo da cidade.

Dessa forma, o Jacaré-Pepira torna-se um espaço de mediação entre mundos: o mundo técnico e o sensível, o da produção e o da conservação, o da cidade e o do campo. Essa coexistência de visões, muitas vezes conflituosas, é o que dá ao rio sua força política e simbólica. Ele não apenas atravessa Brotas em seu curso físico, mas também atravessa suas narrativas, suas disputas e suas formas de imaginar o futuro.

Por fim, compreender o que foi o assoreamento em Brotas implica olhar para além dos indicadores ambientais e considerar as relações de poder, os modos de habitar o território e os sentidos de pertencimento que se articulam em torno do rio. O Jacaré-Pepira não é apenas um curso d'água degradado, é também um agente de disputa, de cuidado e de futuro compartilhado, um espaço onde se encontram e se chocam diferentes projetos de mundo.

### 2.3 O Rio Como Campo De Disputa Simbólica E Política

Ao longo do trabalho de campo, tornou-se evidente que o Rio Jacaré-Pepira não é apenas um recurso natural em disputa, mas um território simbólico, onde se cruzam diferentes formas de ver, sentir e governar o ambiente. Nas falas dos interlocutores, o rio aparece simultaneamente como patrimônio ecológico, espaço econômico, elemento sagrado e símbolo identitário. Essa multiplicidade de sentidos revela a coexistência de “mundos parcialmente conectados” (DE LA CADENA, 2024), o que evidencia esferas de existência que, embora compartilhem o mesmo território, divergem fundamentalmente sobre o que constitui natureza, meio ambiente ou sustentabilidade. É nesse ponto de fricção que a lógica legal moderna intervém, traduzindo coercitivamente essas relações complexas em termos de propriedade e recurso, como a autora exemplifica:

“ (...) seres-terra se tornavam características geográficas: montanhas, rios, lagos, lagoas, caminhos, rochas e cavernas: marcadores de um território (...) A separação entre *runakuna* e *tirakuna*, bem como sua tradução em ‘humanos’ e ‘território’, permitiu que ‘terra’ emergisse como uma preocupação legal central (...) Os atores (humanos e outro-que-humanos) inscritos nos documentos legais eram desprovidos de relações inerentes, esvaziados do tempo e espaço nos quais relações *ayllu* transcorrem. Eles se tornaram entidades independentes e, logo, capazes de participar do regime relacional de propriedade.” (DE LA CADENA, 2024, p. 203).

Essa tradução ontológica do rio vivo para a categoria jurídica de "recurso hídrico" ou "propriedade" é a chave para entender como se estabelece o conflito em Brotas, pois ela esvazia o Jacaré-Pepira de seu significado relacional e identitário, facilitando a prevalência da lógica econômica extrativista do agronegócio.

Durante a conversa com a entrevistada 1, ao relatar a atuação da ONG Instituto Astral, ela enfatiza que “o rio é o coração de Brotas, mas muita gente só o vê como um atrativo

*turístico*” (Entrevistada 1, 2025). Essa fala condensa um tensionamento recorrente nas narrativas locais: o entrelaçamento entre a preservação ambiental e a exploração econômica. Para a ONG, a conservação do Jacaré-Pepira deveria ser entendida como uma forma de garantir a continuidade da vida comunitária e da biodiversidade, e não apenas como um meio de sustentar o turismo. No entanto, outros atores — como empresários e gestores públicos — tendem a enquadrar o rio em modelos de gestão e de rentabilidade, gerando um conflito entre valores ecológicos e econômicos.

Paralelamente, o entrevistado 2, ao narrar a trajetória da ONG Movimento Rio Vivo, reforça essa dimensão política. Segundo ele, *“o rio virou um termômetro das políticas ambientais do município. Quando ele está limpo, parece que tudo vai bem, quando assoreia, é sinal de que a cidade está adoecendo junto”* (Entrevistado 2, 2025). A metáfora evidencia a relação de interdependência entre natureza e sociedade, desafiando a separação moderna entre ambiente e cultura. Essa percepção de que a vida está emaranhada ressoa na proposta de Tim Ingold (2015), que entende os seres humanos como parte de uma teia de vida em fluxo contínuo, a qual ele denomina “malha” (em oposição à “rede”):

“É, antes, uma trilha ao longo da qual a vida é vivida. Nem começando aqui e terminando lá, nem vice-versa, a trilha serpenteia através ou pelo meio como a raiz de uma planta ou de um córrego por entre as suas margens. Cada uma dessas trilhas é simplesmente um fio em um tecido de trilhas que juntas compreendem a textura do mundo da vida (...) Trata-se não de um campo de pontos interconectados, mas de linhas entrelaçadas; não de uma rede, mas de uma malha.” (INGOLD, 2015, p. 131, citando a si mesmo, 2007).

Nesta perspectiva relacional, o assoreamento pode ser lido não apenas como um evento físico ou químico, mas como um rastreamento das relações rompidas, das linhas interrompidas de cuidado, reciprocidade e atenção ao ambiente que causam o “adoecimento” do rio e, conseqüentemente, da cidade.

Ao falar sobre os desafios da gestão pública, a entrevistada 3 expressa o sentimento de quem ocupa uma posição intermediária nessa rede de tensões. *“Temos que negociar o tempo todo: com o produtor, com o turista, com o empresário. E o rio está no meio disso tudo, como se fosse um mediador”* (Entrevistada 3, 2025). Essa visão aproxima-se da noção de “agência mais-que-humana” (DE LA CADENA, 2024), segundo a qual certos elementos da natureza, como rios e montanhas, participam ativamente da vida política, não como recursos, mas como atores que interpelam e reorganizam o social. Em Brotas, o Jacaré-Pepira assume justamente esse papel: ele convoca políticas, práticas, debates e sensibilidades, tornando-se um agente de mobilização coletiva.

Por outro lado, o entrevistado 4, representante da agricultura familiar, oferece um

contraponto que amplia essa leitura. Ele observa que muitos dos pequenos agricultores têm se mobilizado para “*replantar árvores, recuperar nascentes e aprender novas técnicas de plantio*” (Entrevistado 4, 2025). Seu discurso evidencia um movimento de reconciliação com o ambiente, no qual o cuidado com o rio é também uma forma de reconstruir vínculos de pertencimento ao território. Como ele diz: “*Pensar o Jacaré-Pepira como realidade hídrica, bacia-hidrográfica... toda a importância cultural, antropológica dessa ligação, desse processo é fundamental para ser um ponto de ligação da nossa estrutura de sobrevivência.*”. Essa frase sintetiza o modo como as práticas agrícolas, a memória e o afeto se entrelaçam no cotidiano rural brotense.

### **3. ENTRE PLANTAÇÕES E CORREDEIRAS: AGRICULTURA FAMILIAR, TURISMO SUSTENTÁVEL E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO**

#### **3.1 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL EM BROTAS: O CASO DA APAGIB E O RIO JACARÉ PEPIRA**

A resistência ao modelo dominante do agronegócio e a busca por modos de coexistência mais sustentáveis são articuladas em Brotas por associações como a APAGIB (Associação dos Produtores da Agricultura Familiar e Agroecológica de Brotas e Região), materializando as práticas de cuidado (PUIG DE LA BELLACASA, 2017) em contraposição à lógica extrativista. Fundada em 2003, a APAGIB nasceu da vontade de produtores locais de promover o desenvolvimento rural através de ações coletivas de compra, venda e busca de conhecimento, conforme relatado pelo entrevistado 4, um de seus cofundadores. Desde sua origem, a associação estabeleceu a agroecologia como ferramenta central de produção, priorizando propriedades pequenas, a agricultura orgânica (até obter certificação coletiva) e, fundamentalmente, a questão ambiental.

No entanto, um passo crucial em sua trajetória ocorreu em 2017, quando a APAGIB expandiu seu foco da propriedade rural para um território mais amplo, passando a se dedicar ao desenvolvimento ambiental de todo o município. Essa mudança de escala, do produtivo para o territorial, demonstra a percepção de que a sustentabilidade depende de ações coletivas que transcendam os limites da propriedade. Isso sugere uma abordagem mais relacional e sistêmica do território, em que o ambiente não é visto como um palco passivo (o *habitat*), mas sim como um emaranhado de linhas e trajetórias em constante processo de constituição mútua (INGOLD, 2015). Atualmente, a APAGIB busca reconhecimento como entidade de utilidade pública municipal visando justamente pavimentar o caminho para novas parcerias e ampliar sua capacidade de intervenção política e ambiental no município.

A APAGIB tem como foco principal as questões ambientais, desenvolvendo uma série de ações voltadas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais. Entre suas iniciativas, destaca-se a restauração florestal, que envolve a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) por meio do plantio de espécies nativas e da elaboração de planos de restauração voltados às microbacias da região. Nesse processo, a associação também promove a formação de uma rede de coletores de sementes nativas, responsáveis por reunir e fornecer sementes para as ações de reflorestamento.

Outra frente de atuação é o programa Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), que visa estudar e implementar projetos capazes de compensar, financeiramente, os proprietários rurais que realizam práticas de conservação em suas terras. A entidade também investe em educação ambiental, buscando levar informações à população e sensibilizar as novas gerações sobre a importância da preservação. Além disso, há esforços para retomar o turismo rural, uma iniciativa que pode gerar novas fontes de renda para as propriedades locais, integrando desenvolvimento econômico e sustentabilidade. Tais iniciativas configuram um esforço para reconstruir as linhas de vida e interdependência do território (INGOLD, 2015), ao passo que a busca pelo PSA traduz o valor ontológico do cuidado para a linguagem econômica, enfrentando a lógica segundo a qual a proteção ambiental não gera lucro imediato.

Um dos projetos centrais atualmente da APAGIB é a recuperação da microbacia do Córrego do Gouveia<sup>9</sup>, principal fonte de abastecimento público de Brotas e afluente do Rio Jacaré Pepira. Para essa área, foi elaborado um plano de restauração específico, e a associação atua na busca por recursos que permitam aos proprietários regularizarem suas terras e aderirem às práticas de recuperação. Até o momento, já foram plantados 23 hectares e mais 26 estão previstos, reforçando o compromisso da instituição com a proteção dos recursos hídricos e a sustentabilidade ambiental do município.

O plano de restauração e a busca por recursos visam não apenas regularizar as terras, mas restabelecer a saúde hídrica do município. A atuação da APAGIB, ao promover a coexistência da produção familiar com a recuperação ecológica, serve como um modelo etnográfico que demonstra como os saberes locais, quando articulados politicamente, podem forjar alternativas concretas ao modelo extrativista e construir uma verdadeira ética do cuidado e do zelo com o território.

---

<sup>9</sup> Principal fonte de abastecimento público e afluente do Jacaré-Pepira.

### 3.2 Do Pioneirismo à Mercantilização: Brotas, um Exemplo de Turismo Sustentável?

O município de Brotas possui um histórico pioneiro em causas ambientais, marcado por iniciativas que contribuíram para transformar a forma como se pensa a preservação dos recursos naturais na região. Esse pioneirismo se consolidou em meados da década de 1980, com a criação de marcos institucionais de relevância. Em 1984, por exemplo, foi criado o Consórcio do Rio Jacaré, que representou uma mudança significativa na concepção de conservação ambiental, as ações deixaram de se concentrar apenas na calha principal do rio e passaram a compreender que toda a bacia hidrográfica, incluindo afluentes, nascentes e matas ciliares, precisavam ser protegidas. Essa nova perspectiva de gestão territorial foi imediatamente complementada pela criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) no mesmo ano, um requisito fundamental para a consolidação do consórcio, que hoje completa quatro décadas de existência, mas enfrenta a prática de descontinuidade observada em muitos conselhos regionais semelhantes. O foco na recuperação se materializou em 1988 com o surgimento do Viveiro Municipal de Brotas, vinculado ao consórcio, cuja função primordial era a produção de mudas destinadas a projetos de reflorestamento e de recuperação de áreas degradadas.

Posteriormente, em 1993, a ONG Movimento Rio Vivo propôs uma nova perspectiva ao associar turismo e desenvolvimento sustentável, defendendo o ecoturismo como uma alternativa cosmopolítica capaz de unir a preservação ambiental à geração de oportunidades econômicas, notadamente por meio da criação de empregos e do fortalecimento das comunidades locais. Contudo, esse ideal fundador do ecoturismo é hoje posto em xeque. O Entrevistado 2 levanta uma questão central sobre a natureza do turismo atual em Brotas, observando que a cidade vem se transformando em um “*grande parque de diversões*” (Entrevistado 2, 2025), na qual o contato harmonioso e respeitoso com a natureza tem sido crescentemente substituído por estruturas artificiais (como bordas infinitas em piscinas e escadas nas cachoeiras), priorizando o consumo da paisagem em detrimento da sua integridade. A mercantilização do rio o reduz à condição de mero objeto de consumo, o que se distancia da noção de “habitar” (INGOLD, 2015), ou seja, onde o engajamento com o mundo deve ocorrer através da prática viva, reconhecendo o território como um emaranhado de linhas e trajetórias dinâmicas, e não como um cenário estático para fins de consumo.

Nesse cenário de mercantilização, a crítica do entrevistado concentra-se na responsabilidade financeira e no impacto real das empresas. Ele defende que o município

precisa urgentemente refletir sobre seus rumos, decidindo se pretende consolidar-se como um exemplo de sustentabilidade ou apenas seguir modelos de desenvolvimento já existentes. Dessa forma, sugere que parte do dinheiro arrecadado por meio do *voucher* turístico<sup>10</sup> seja destinada diretamente a questões ambientais, lembrando que a lei do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) já prevê o uso dos recursos para capacitação, e não apenas para a realização de eventos. Ele comenta, ainda, sobre a insuficiência do Licenciamento Turístico Ambiental (LTA), uma lei criada para uniformizar o setor, mas que, em sua visão, acaba invertendo as prioridades; o foco recai sobre a qualidade do serviço e a segurança do consumidor, deixando as questões ambientais de fundo em segundo plano.

Por fim, para o entrevistado, é fundamental questionar: se as empresas de turismo lucram exponencialmente com a natureza, qual é a sua contribuição efetiva para a sua preservação? Existe, segundo ele, uma percepção equivocada no setor de que pagar impostos e gerar empregos já seriam suficientes como compensação, ignorando que o alto fluxo turístico impacta diretamente a infraestrutura hídrica, o esgotamento sanitário e a produção de lixo, externalidades com que o município e o próprio rio acabam arcando. Essa visão utilitarista das empresas, focada na compensação meramente fiscal, ignora as externalidades ambientais e distancia-se da ética do cuidado (PUIG DE LA BELLACASA, 2017). Para a autora, o Cuidado transcende a esfera moral e se estabelece como um posicionamento ético-político que exige uma responsabilidade atenta e mútua nas relações com os "mundos mais que humanos" (FERREIRA, 2022, pg. 308). O rio, nesse cenário, é relegado à condição de "recurso" consumível, e não a de ser-território que exige responsabilidade e reciprocidade (DE LA CADENA, 2024).

### *3.3 Relação Entre Turismo, Agricultura E Meio Ambiente*

Turismo, agricultura e meio ambiente formam o tripé fundamental que sustenta a dinâmica socioeconômica de Brotas. Embora a importância desse tripé seja amplamente reconhecida pelos diferentes setores, o desafio central reside em como conciliar esses três pilares na prática, superando os profundos conflitos de interesse por meio do diálogo e da educação ambiental. A relação particular entre a agricultura familiar, o turismo e a preservação do Rio Jacaré-Pepira evidencia a complexidade intrínseca das interações

---

<sup>10</sup> O voucher turístico de Brotas é um documento que formaliza a contratação de serviços turísticos, como hospedagem ou passeios, e pode ser uma pulseira de identificação que os turistas recebem ao entrar em ecoparques da cidade. Esse sistema de pulseiras coloridas é uma forma de controle de acesso e identificação dos visitantes.

socioambientais na região: o rio não é apenas um recurso para o lazer ou a exploração, ele também sustenta a vida rural e econômica de pequenos produtores que, por sua vez, moldam práticas e estratégias em resposta direta aos desafios do assoreamento. Essa dimensão relacional do território, que combina práticas humanas e não-humanas, permite compreender a cidade e o rio como um mesmo sistema de dependências e influências mútuas, conforme os fluxos contínuos de interações (INGOLD, 2015).

No entanto, o problema não reside nas culturas agrícolas em si (sejam cana-de-açúcar ou eucalipto), mas sim no manejo predatório do solo e da paisagem. O Entrevistado 4 resumiu essa questão ao afirmar que “*o problema é o ser humano*”, sublinhando que ela é fundamentalmente antropológica e cultural, e não apenas técnica. De fato, um manejo mais sustentável, utilizando as ferramentas agrônômicas já existentes, poderia mitigar drasticamente o impacto ambiental.

Contudo, o homem agrícola opera sob uma cultura técnica profundamente enraizada, que muitas vezes o leva a agir de forma predatória sem perceber as consequências de longo prazo. O corte de árvores para a expansão da cana-de-açúcar, por exemplo, não é apenas uma escolha individual, mas um legado que foi historicamente incentivado pelo poder público nos níveis municipal, estadual e federal. Atualmente, a política agrícola ainda é largamente percebida como predatória, pois oferece incentivos mínimos ou insuficientes para a adoção de práticas regenerativas e de conservação do solo, perpetuando o modelo extrativista em detrimento da sustentabilidade. A perpetuação desse modelo extrativista, em detrimento da sustentabilidade, reflete a predominância da ontologia moderna que reduz o ambiente à categoria de recurso (DE LA CADENA, 2024), desconsiderando a complexidade da vida no território.

Em contraponto ao manejo predatório do agronegócio, os pequenos agricultores têm buscado ativamente alternativas para reduzir o impacto ambiental de suas atividades, incorporando práticas como o plantio direto, a recuperação de nascentes e o reflorestamento das margens dos rios. Tais práticas têm sido adotadas, embora de forma desigual entre produtores de diferentes escalas. Segundo o entrevistado, cofundador da APAGIB, a agricultura familiar deve ser entendida como parceira da preservação, e não meramente como causa da degradação. Essa postura é sintetizada na sua afirmação, “*O rio nos ensina que, se a gente cuida dele, ele cuida da gente.*” (Entrevistado 4). A fala do agricultor, ao reconhecer a agência e a retribuição do rio, resgata a dimensão do Cuidado (PUIG DE LA BELLACASA, 2017) como o caminho essencial para um cotidiano rural verdadeiramente sustentável.

Por sua vez, o turismo sustentável em Brotas representa um setor econômico que mantém uma relação de dependência paradoxal com a integridade ecológica do rio. Como apontou a Entrevistada 1, da ONG Instituto Astral, a expansão turística trouxe, inegavelmente, visibilidade e recursos financeiros ao município, mas gerou uma tensão inerente.

“O turismo é uma oportunidade, mas também coloca pressão sobre o rio. É preciso equilibrar o ganho econômico com práticas que não destruam o que atrai as pessoas até aqui porque alguns hotéis-fazenda criam áreas instagramáveis, o que acaba interferindo nas cachoeiras e proteção ambiental é negligenciada” (Entrevistada 1, 2025).

Essa relação tensionada entre desenvolvimento e conservação evidencia o dilema central da sustentabilidade: a atividade que depende da natureza é, ao mesmo tempo, sua maior ameaça quando orientada unicamente pela lógica do lucro. Assim, esse contexto exige a consolidação de um campo de governança compartilhada e multissetorial, no qual diferentes agentes são forçados a negociar responsabilidades e internalizar os custos ambientais para garantir que os benefícios da atividade turística sejam duradouros e ecologicamente viáveis.

O entrevistado 2, representante do CONDEMA, reforça essa perspectiva. Segundo ele, os pequenos produtores rurais e os empreendimentos turísticos precisam dialogar constantemente, tanto entre si quanto com o poder público, para implementar soluções sustentáveis. Contudo, ele alerta que a desigualdade de recursos e de acesso à informação faz com que nem todos consigam seguir as mesmas práticas de preservação. Esse cenário evidencia disparidades de poder e capacidade de ação, revelando que governança ambiental não é apenas uma questão técnica, mas também social e política.

A participação dos atores rurais e turísticos na preservação do rio pode ser compreendida também como uma forma de cuidado ético com o território, na qual o Jacaré-Pepira funciona como um mediador das relações humanas. As práticas de plantio sustentável, o manejo de atividades turísticas e a recuperação de áreas degradadas ilustram como o rio articula redes de responsabilidade compartilhada. Dessa forma, a agricultura familiar e o turismo sustentável em Brotas não podem ser analisados isoladamente. Ambos constituem agentes de governança ambiental, com diferentes graus de influência e visibilidade, mas que compartilham o mesmo desafio: lidar com o assoreamento do rio e suas consequências. Ao compreender essas práticas como parte de uma rede relacional que inclui atores humanos e não-humanos, é possível observar como o cuidado com o rio se articula a estratégias econômicas, identitárias e ambientais, mostrando que a preservação do Jacaré-Pepira depende de uma ação integrada e plural. Ou seja, a agricultura familiar e o

turismo não são apenas causas ou vítimas, mas agentes de governança ambiental com diferentes graus de influência e visibilidade.

### 3.4 Conflitos De Interesse E Prioridades Econômicas

O cenário socioeconômico de Brotas, como mostrado, é marcado por um conflito de interesses latente, polarizado entre as vocações do turismo de aventura e a agricultura familiar de um lado e o domínio das grandes *commodities* e o agronegócio de outro. Embora o turismo seja a face mais visível e a fonte de renda para muitos pequenos empreendedores, ele não destronou a hegemonia econômica do setor primário, como enfatizado pela entrevistada 1: “*O modelo econômico ainda prioriza o agronegócio; turismo é relevante, mas o PIB maior ainda é do agronegócio*”. Essa primazia do agronegócio, impulsionada por grandes empresas e monoculturas, é orientada pela busca incessante pelo lucro máximo, o que, historicamente, se traduz em práticas que ignoram critérios ambientais ou sociais mais sustentáveis. Essa lógica de otimização produtiva, que vê o solo como mero substrato (e não um ser-território), contribui para o assoreamento do Rio Jacaré-Pepira como mostram as imagens anteriores.

Contudo, esses setores de alta lucratividade (o agronegócio) não revertem benefícios substanciais e diretos para a economia local e seus moradores. A Raízen, por exemplo, embora dominante na região, frequentemente ocupa seus cargos de maior complexidade com funcionários já vinculados a outras sedes da corporação, limitando a mobilidade social e o desenvolvimento de capital humano local. Esse modelo, ao final, opera reforçando a desigualdade e causando processos de privatização (como o uso massivo da água ou a apropriação de terras via arrendamento) que desarticulam as formas locais de coexistência e de produção.

Nos hotéis-fazenda também podem ser vistos problemas ambientais, alguns não têm tratamento de esgoto adequado, despejam os efluentes em rios e também causam interferências em cachoeiras, como decks excessivos ou piscinas, onde acabam degradando áreas de APPs. Alguns até chegaram a dinamitar partes de cachoeiras para remodelar a paisagem, isso beneficia o turismo, mas prejudica o ambiente. Durante as entrevistas esse foi um dos pontos cruciais que se tornou repetitivo em todas as conversas, embora o assoreamento tenha impactado a cidade em 2023, as atividades que exploram o turismo e modificam a cidade também podem ser consideradas prejudiciais para a paisagem natural das cachoeiras e de Brotas. A entrevistada 3 reconhece esse fenômeno ao perceber que “*O ecoturismo se perdeu nos últimos dez anos. A gente tem mais turismo de lazer e de natureza...*”

*você vai lá, por exemplo, no Recanto das Cachoeiras... é uma borda infinita no meio da natureza, tem um visual bonito, mas não é ecoturismo”.*

Além disso, a implementação prática das ações de conservação enfrenta dificuldades persistentes, que transcendem a esfera da legislação. No setor turístico, por exemplo, a falta de engajamento se manifesta na coexistência de agências que investem ativamente na conservação (como a Alaya e a Areia que Canta) com outras que priorizam práticas que contribuem para a impermeabilização e a erosão do solo. O poder público, por sua vez, enfrenta desafios estruturais, como a crônica falta de recursos, a dependência de órgãos externos (como a CETESB) e a necessidade de promover mudanças na cultura interna da Secretaria de Obras. Para enfrentar essa fragmentação, Brotas articula mecanismos de governança compartilhada, como o Comitê de Crise do Rio e a Câmara Técnica, que reúne agricultura, meio ambiente e turismo em busca de soluções conjuntas. Esforços de financiamento e gestão também buscam superar a escassez, como o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente (FUNDEMA), que utiliza multas ambientais para projetos, como a recuperação do viveiro municipal, e é complementado pelo Sistema Municipal de Controle de Visitação. Este último, baseado no “voucher” obrigatório, permite não apenas a regulação do fluxo turístico (gerindo o impacto), mas também a arrecadação de recursos que são integralmente destinados ao FUNDEMA, reforçando o ciclo de investimentos em iniciativas ambientais e demonstrando a busca por um modelo de gestão mais robusto.

Nessa mesma perspectiva de disputa de interesses, o Entrevistado 2 aponta um conflito crescente entre o turismo de vocação puramente comercial e a necessidade de preservação ambiental, sugerindo uma perda da essência do ecoturismo em prol do lucro, *“Existe uma confusão entre sucesso econômico do turismo e preservação ambiental, é necessário a conscientização de que gerar turismo não substitui práticas sustentáveis.”*. A materialização desse paradigma reflete-se nos conflitos em torno da gestão territorial, como o debate recente sobre a privatização do Parque dos Saltos<sup>11</sup>, localizado no centro de Brotas e historicamente de acesso público. Esse movimento, motivado por prioridades estritamente econômicas, sinaliza a crença de que "o dinheiro seria uma das soluções mágicas" para a gestão das áreas naturais.

---

<sup>11</sup> Localizado no perímetro urbano é o cartão postal de Brotas, pois o rio "corta" a cidade, formando várias quedas e corredeiras, onde anualmente são realizados vários eventos, principalmente ligados à prática dos esportes de aventura. Abriga ainda um prédio de valor histórico e arquitetônico da antiga usina hidrelétrica do início do século XX, quando Brotas já tinha iluminação pública elétrica, antes mesmo que alguns bairros da capital.

**Figura 5 - Parque dos Saltos - Brotas/São Paulo**



Foto: Autora, 2025

Contudo, essa lógica ignora o princípio do ecoturismo responsável, focando apenas na capacidade de geração de receita. O Entrevistado 2 defende um cuidado que se opõe à lógica de que o "dinheiro seria uma das soluções mágicas". Desse modo, o argumento do entrevistado não se limita a lamentar a perda da essência turística, mas sim a defender uma gestão que priorize a interdependência e a sustentabilidade em detrimento da mercantilização e da privatização do patrimônio natural.

Para tentar equilibrar o cenário de conflito entre os grandes e pequenos proprietários de terra e promover a conservação, iniciativas como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) surgem como um mecanismo de remuneração aos proprietários rurais que preservam as Áreas de Preservação Permanente (APPs). No entanto, a implementação plena do PSA enfrenta forte resistência do setor do agronegócio, que vê no incentivo financeiro à floresta uma ameaça à expansão das culturas lucrativas. Essa resistência é ilustrada pela percepção de

um dos entrevistados sobre a priorização do lucro imediato em detrimento da sustentabilidade e da necessidade de diálogo:

“No meu entendimento, o lado ruim da cana-de-açúcar, ele enxerga muito bem o pix da cana-de-açúcar... Do lado ambiental, não enxerga os benefícios ambientais. Grandes donos de terra... fecham porteira, não abrem diálogo. Então, esse cara... vai receber uma ajuda financeira... além de produzir mais água, ele também vai precisar receber um valor econômico, monetário, na conta dele, que é o pagamento por serviços ambientais” (Entrevistado 4, 2025).

A fala ressalta que, para o grande proprietário, a lucratividade da commodity (o "pix da cana-de-açúcar") ofusca qualquer valor ecológico, desqualificando o PSA como alternativa viável de uso do solo. Por outro lado, para o pequeno produtor, o PSA é visto como uma compensação econômica necessária para que a produção de água e de outros serviços ecossistêmicos não sejam sinônimo de prejuízo ou de uma opção irracional diante do poder de mercado do agronegócio.

De modo geral, enquanto o discurso da sustentabilidade é amplamente difundido, as práticas concretas ainda são fragmentadas e, muitas vezes, orientadas por interesses econômicos imediatos. Nesse contexto, o rio aparece não apenas como vítima da degradação, mas como um ator central na mobilização de consciências e políticas. Ele é, ao mesmo tempo, aquilo que se tenta salvar e aquilo que convoca a ação, um ente relacional (DE LA CADENA, 2024, pg. 375), que exige ser reconhecido em sua agência mais-que-humana.

#### **4. EDUCAR PARA PERTENCER: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS COM O RIO JACARÉ-PEPIRA**

##### **4.1 O DESAFIO DA CONTINUIDADE E O ENGAJAMENTO NA CAUSA AMBIENTAL DE BROTAS**

A falta de comunicação efetiva sobre a importância ambiental em Brotas constitui um obstáculo significativo para a conservação. Essa barreira é agravada por uma desconexão, tanto geracional quanto prática, com o próprio patrimônio natural da cidade. A entrevistada 1, exemplifica esse dilema: “*Moradores valorizam o Rio Jacaré, mas desconhecem ações concretas para protegê-lo*”. Essa desconexão se manifesta de forma preocupante na juventude: muitos adolescentes e crianças jamais tiveram contato com pontos naturais acessíveis e públicos, como o Parque dos Saltos, localizado no centro da cidade. A ausência de experiências concretas nesses espaços dificulta a formação de um senso de pertencimento e proteção, pois é a partir da vivência e do conhecimento direto que a comunidade pode se

engajar ativamente nas ações de cuidado e defesa do Rio Jacaré-Pepira. Essa ausência de experiências concretas impede a formação de um senso de pertencimento e de proteção, o que corrobora a tese de Tim Ingold (2015). Para o autor, o conhecimento e o senso de cuidado não são absorvidos de forma abstrata, mas sim construídos na trilha do habitar e na vivência direta do ambiente, exigindo a participação ativa e o engajamento com o mundo. A inação da juventude, portanto, é um sintoma da perda de contato com as “linhas da vida” do Jacaré-Pepira.

Diante da desconexão prática dos jovens com o rio, a ONG Instituto Astral buscou atuar diretamente na base educacional com o projeto “Educastral”. Este projeto tinha como objetivo principal sensibilizar crianças e adolescentes sobre a realidade do Rio Jacaré-Pepira, mostrando de perto os processos de degradação, especialmente o assoreamento e a erosão. No entanto, a execução de iniciativas como essa esbarra em obstáculos institucionais. A falta de recursos para transporte e a complexidade das autorizações para passeios externos nas escolas estaduais potencializam a carência de informações práticas para os jovens. Em contraste, foi observada uma maior flexibilidade nas escolas municipais, o que sugere caminhos mais promissores para a integração da educação ambiental vivencial no currículo.

A inação comunitária em Brotas é reforçada por uma clara disparidade de informações, o que contribui para que grande parte da população permaneça alheia aos problemas ambientais. A comunidade, em geral, não participa ativamente das discussões, e a chamada “luta ambiental” acaba recaindo sobre um pequeno grupo de ativistas e técnicos que se revezam em diferentes conselhos e funções, gerando uma sobrecarga e falta de capilaridade. Essa desconexão, especialmente entre os mais jovens, gera uma preocupação profunda: *“As margens aqui de Brotas... os jovens estão sabendo cada vez menos... se o rio secar, não vão nem se importar”* (Entrevistada 1). Essa sobrecarga é sintomática de uma falha na rede de cuidado (PUIG DE LA BELLACASA, 2017) como já mostrado anteriormente, onde a responsabilidade pela manutenção da vida socioambiental recai sobre um grupo restrito. O engajamento precisa, portanto, ser ampliado para que o cuidado deixe de ser uma luta de poucos e se torne uma prática ética e política de responsabilidade coletiva.

Em última análise, a causa ambiental em Brotas esbarra em um desafio que é fundamentalmente temporal: a assimetria entre a velocidade da degradação e a lentidão da recuperação. Há uma expectativa social por soluções e resultados imediatos que, quando não atendidos, geram frustração e desengajamento, levando muitos a desistir diante da demora dos processos. A desinformação, frequentemente, agrava esse cenário, reforçando a percepção equivocada de que “nada está sendo feito.” A Entrevistada 3 sintetiza essa tensão: *“Recuperar*

*o meio ambiente não é... destruir é a curto prazo, você vai lá com correntão, por exemplo, e destrói. Agora, recuperar é a longo prazo*". Essa realidade da ação de longo prazo reforça a urgência de continuidade e persistência no engajamento, exigindo uma transformação na temporalidade com a qual a sociedade se relaciona com o ambiente. Paralelamente, a crescente desconexão das crianças com o meio natural sublinha a importância de investir em uma educação ambiental vivencial desde cedo, garantindo que as futuras gerações compreendam que o cuidado com o Jacaré-Pepira é um projeto de pertencimento e de tempo longo.

#### **4.2 O Papel das Organizações Perante o Desafio**

O engajamento comunitário perante a APAGIB (Associação dos Produtores da Agricultura Familiar e Agroecológica de Brotas e Região) é um desafio constante sendo manifestado principalmente pela baixa adesão de produtores. A manutenção dos projetos é dificultada pela fragilidade estrutural da associação, que, por não possuir um corpo técnico remunerado, depende do trabalho voluntário dos associados, o que compromete a adesão devido à ausência de ganhos econômicos diretos e imediatos. Para superar essa fragilidade estrutural, a busca pelo reconhecimento como entidade de utilidade pública municipal é estratégica, visto que essa chancela permitiria firmar convênios com o poder público e destinar recursos aos projetos. Contudo, essa via não é a única solução; a associação precisa, de forma complementar, diversificar suas fontes de captação, buscando ativamente editais e doações para garantir a perenidade de sua equipe e de suas ações.

A dificuldade em valorizar o longo prazo é também uma barreira cultural e econômica. Muitos proprietários rurais não percebem os benefícios indiretos da conservação e da produção de água, pois são atraídos pelo lucro rápido oferecido por monoculturas como a cana-de-açúcar. Essa fragilidade de valor é reforçada pela baixa valorização do consumo; se turistas e consumidores não priorizarem produtos sustentáveis, o produtor que adota o manejo correto se desmotiva. Tal desvalorização é evidenciada pelo esvaziamento das feiras locais, o que indica uma cultura de dependência de grandes redes de supermercados, em detrimento do produto local e sustentável. Romper essa inércia cultural e econômica é essencial, pois a luta pela preservação é diária e requer o envolvimento de mais pessoas, garantindo que o conhecimento sobre o valor real da produção sustentável seja transmitido às futuras gerações.

Além das dimensões ecológica e econômica, a educação ambiental emerge como componente central na preservação do Rio Jacaré-Pepira e na construção de um senso de pertencimento em Brotas. A Entrevistada 1 sintetiza a importância vital desse recurso: “*O rio Jacaré-Pepira é o que dá vida à cidade... sem ele não teríamos turismo, lazer, agricultura*”. Ao acompanhar projetos educativos, mutirões de limpeza e ações comunitárias, percebi em campo que o rio funciona como um espaço catalisador de aprendizagem e mobilização social e é nesse contexto que moradores, estudantes, turistas e agentes públicos interagem de maneira relacional, ampliando sua compreensão sobre a natureza e internalizando o papel de cada ator na conservação, transformando o conhecimento em práticas de cuidado efetivas.

Segundo a entrevistada 1, as atividades promovidas pela ONG Instituto Astral buscam ativamente “*aproximar as pessoas do rio, para que entendam que ele não é apenas um cenário bonito, mas um elemento que sustenta a vida e a identidade da cidade*”. Para tal, a ONG adota a estratégia de “Ocupação da cidade como ferramenta de sensibilização”, essa visão evidencia que a educação ambiental transcende a mera transmissão de conhecimentos técnicos, incorporando valores, afetos e responsabilidades compartilhadas. Essa abordagem prática está alinhada à perspectiva de aprender com o ambiente em movimento, reconhecendo que o senso de pertencimento e a ética do cuidado são construídos por meio da interação direta e da experiência no território, nas palavras de Ingold, “Cada um tem antes que ser compreendido por meio do seu posicionamento dentro da totalidade à qual pertence”(INGOLD, 2015, p. 378).

Um exemplo concreto dessa prática é o Projeto Ciliares<sup>12</sup>, uma iniciativa que surgiu do desejo de aproximar crianças e jovens da mata ciliar que protege as margens do rio Jacaré-Pepira, em Brotas (SP). O projeto surge do encontro entre arte, educação e ciência, materializado em oficinas voltadas para crianças de 9 a 12 anos atendidas pela Casa da Criança<sup>13</sup>. Apesar de o rio atravessar toda a cidade, muitas dessas crianças pouco o conheciam, e é por meio de caminhadas, coletas, atividades criativas e experiências sensoriais, que elas estão sendo convidadas a se tornarem “pequenos artistas-pesquisadores”, exercitando a escuta da natureza, o cuidado com a mata ciliar e a construção do sentimento de pertencimento ao território.

O nome Ciliares faz referência a uma analogia: assim como os cílios protegem os olhos de impurezas, as matas ciliares e suas raízes amparam a terra durante as chuvas, prevenindo processos de erosão e assoreamento. Além disso, essas matas absorvem a água das

---

<sup>12</sup> Disponível em: <[https://www.instagram.com/projeto\\_ciliares/](https://www.instagram.com/projeto_ciliares/)>. Acesso em: 28 out. 2025

<sup>13</sup> É uma organização civil sem fins lucrativos que atende crianças em situação de vulnerabilidade social.

chuvas, alimentam os lençóis freáticos e sustentam o fluxo dos rios e nascentes. Assim, o cílio é parte do olho, assim como a mata é parte do rio. Nesse sentido, o projeto promove, junto às crianças, uma aprendizagem sensível e concreta sobre a interdependência entre rio e mata.

Trata-se de uma iniciativa da Prefeitura de Brotas, com apoio da ONG Astral e de instituições locais, como a Casa da Criança, que buscam transmitir às novas gerações o valor do meio ambiente a partir de suas próprias realidades, porque ter a natureza tão próxima é um privilégio que precisa ser reconhecido e vivenciado. Nesse contexto, a participação das crianças no projeto revelou situações significativas: algumas turmas, por exemplo, nunca haviam visitado o Parque dos Saltos, localizado no centro da cidade e considerado um dos principais patrimônios naturais de Brotas.

Nesse mesmo espaço, o Parque dos Saltos serve como um memorial de conscientização. Em uma visita de campo ao local, observei a instalação de uma linha do tempo sobre a cidade de Brotas e as iniciativas de conservação do Rio Jacaré-Pepira. Este é um exemplo de esforço de educação não-formal e de governança participativa, uma vez que se trata de um local público, com informações acessíveis a todos os habitantes e visitantes, que podem tomar conhecimento da história da cidade e dos esforços contínuos para a preservação do seu principal agente natural. A memória da conservação é, assim, inscrita na paisagem central da cidade (como será visualizado nas fotos a seguir).

**Figuras 6 – Linha do tempo instalada no Parque dos Saltos, detalhando os marcos históricos da conservação do Rio Jacaré-Pepira.**

**1839**  
Dona Francisca Ribeiro dos Reis manda construir uma capela, iniciando a povoação de Brotas, no entorno do Rio Jacaré Pepira, com a imagem de Nossa Senhora das Brotas.

**1919**  
A beleza do Rio Jacaré Pepira inspirou vários artistas, dentre eles, o pintor Benedito Calixto, que em uma de suas obras, documentou em forma de arte os "Saltos de Brotas".

**1943**  
Com uma relação afetiva dos brotenses e visitantes, o rio Jacaré sempre foi usado como espaço de lazer e recreação. Nesta década, surgiu um dos primeiros esportes de aventura da cidade, o Bola Cross que pode ser visto nessa pintura de Da Carvalho de 1992.

**1911**  
Em 12 de novembro é inaugurada a Usina de Brotas, a barragem e Casa das Máquinas, às margens do rio Jacaré Pepira, onde hoje está o Parque dos Saltos. Esta Usina produziu energia e iluminação pública para toda a cidade, durante décadas.

**1940**  
Muito mais do que um simples rio, o Jacaré Pepira sempre representou, para os brotenses, um processo de integração com a natureza. Uma convivência entre o homem e seu espaço vital. Surge, em meados de 1940, o Clube de Natação Santa Cruz.

**UM RIO, UMA CIDADE, UM POVO, MUITA HISTÓRIA**

32 Anos Meio Ambiente Brotas

Saiba mais:

Foto: Autora, 2025

**1944**  
A Usina de Brotas forneceu iluminação para as cidades de Torrinha, Santa Maria da Serra e Dourado. Com o aumento da demanda, foi necessária a construção de uma nova usina, a do Patrimônio ou Usina Jacaré como é mais conhecida, com aproveitamento elétrico do rio Jacaré Pepira.

**1986**  
Brotas constrói o seu primeiro sistema de tratamento de esgoto. E, neste mesmo ano, é inaugurada a Ponte Piratini sobre a barragem do rio, no Parque dos Saltos. Um marco em direção à conservação do nosso tão amado rio Jacaré.

**1992**  
Devido à possibilidade de instalação de um curume, que poderia causar um desastre ambiental, poluindo o nosso Rio Jacaré, a comunidade se mobiliza para impedir a vinda desta indústria poluente. Surge então o Movimento Rio Vivo, uma ONG voltada para lutar pelo nosso patrimônio Natural!

**1984-85**  
Em 1984, Brotas cria a lei do CONDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente), um importante passo em direção à criação, em 1985, do Condôcio Intermunicipal pela Conservação da Natureza na Bacia do rio Jacaré Pepira. Este ato propiciou uma importante mudança nas ações de preservação na nossa região, no Estado, no Brasil e no mundo. Preservar o rio é preservar a vida.

**1988**  
O Condôcio do rio Jacaré inaugura em Brotas o Viveiro Municipal, destinado à produção de mudas.

**UM RIO, UMA CIDADE, UM POVO, MUITA HISTÓRIA**

32 Anos Meio Ambiente Brotas

Saiba mais:

Foto: Autora, 2025



Foto: Autora, 2025



Foto: Autora, 2025

As entrevistas revelam um consenso de que a educação ambiental funciona como um instrumento vital de integração social. Para o representante do COMDEMA, entrevistado 2, essas ações são fundamentais para *“formar uma consciência coletiva sobre o que significa cuidar do rio”*. Ele enfatiza que programas educativos e eventos públicos fortalecem a percepção do Jacaré-Pepira como um bem comum, cuja preservação é totalmente dependente do engajamento de todos os setores. Assim, esse engajamento transcende a esfera escolar, estendendo-se aos espaços urbanos e rurais para construir, de fato, uma cultura de cuidado e pertencimento.

Complementando esse panorama, a Secretária do Meio Ambiente, entrevistada 3, ressalta que a ocupação dos espaços da cidade para atividades educativas e de lazer fortalece o vínculo afetivo da população com a natureza. Segundo ela, *“quando as pessoas caminham nas trilhas, participam de mutirões ou visitam o rio em atividades culturais, elas se reconhecem como parte de um ecossistema maior”*. Essa ideia remete diretamente à perspectiva sobre a co-participação de atores humanos e não-humanos na produção de mundos compartilhados. Em Brotas, o rio é mais que um recurso, ele é um agente ativo que molda experiências e práticas sociais, consolidando a consciência de pertencimento (DE LA CADENA, 2024), como venho insistindo.

O representante da agricultura familiar, entrevistado 4, acrescenta que a educação ambiental vai além do âmbito escolar, sendo essencial para repensar práticas agrícolas e de manejo do solo, integrando saberes tradicionais a técnicas sustentáveis. Para ele, a aprendizagem sobre o rio ocorre fundamentalmente no contato direto com a água, o solo e a vegetação, o que fortalece vínculos afetivos e éticos com o território. Essa interdependência é crucial, pois, como alerta: *“Se cortar essa veia (Rio Jacaré Pepira), ou se ela entupir, assorear, acabar o volume de água, Brotas vai colapsar e pode até morrer mesmo”*. Essa percepção de risco máximo reforça a ideia de que a educação vivencial é a chave para a sobrevivência do ecossistema e da própria cidade.

Portanto, a educação ambiental em Brotas, apoiada por iniciativas como o Projeto Ciliares, pode ser compreendida como um processo fundamental de construção de pertencimento, no qual os habitantes se reconhecem como parte indissociável de um ecossistema vivo que exige cuidados e gera responsabilidades. Nesse contexto, o Rio Jacaré-Pepira funciona como um espaço de mediação potente, conectando ciência, prática comunitária e afetos locais para moldar a identidade da cidade.

Essa perspectiva evidencia que preservar o rio não é meramente um ato técnico, mas uma prática social, cultural e política onde aprendizado, engajamento e o reconhecimento de

vínculos se entrelaçam. Assim, a educação ambiental cumpre seu papel crucial: formar sujeitos capazes de interagir com o ambiente de maneira responsável, relacional e ética, garantindo a continuidade da vida e a proteção do Jacaré-Pepira como patrimônio. Como resume o Entrevistado 4, a jornada é contínua e desafiadora: “*Nós já temos bastante [problemas] para resolver, mas ainda temos caminho [a percorrer]*”.

## 5. CONCLUSÃO

A análise das relações entre o Rio Jacaré-Pepira, os agentes sociais e as práticas de governança ambiental em Brotas revela um território profundamente marcado pela interdependência entre natureza, economia e cultura. Longe de ser apenas um curso d'água, o rio constitui-se como eixo simbólico e político em torno do qual se desenham disputas, alianças e aprendizagens. Ao observar o assoreamento e seus desdobramentos, percebe-se que os desafios ambientais da cidade não se limitam a uma questão técnica ou ecológica, mas envolvem diferentes formas de ver, cuidar e habitar o mundo, conforme sugerem Tim Ingold, Maria Puig De La Bellacasa e Marisol de la Cadena.

O assoreamento, conforme as entrevistas e observações em campo, expôs fragilidades estruturais na governança ambiental do município. O manejo inadequado do solo, a expansão desordenada do turismo e a falta de integração entre políticas públicas e ações comunitárias formaram um cenário de tensão permanente. Contudo, é nesse mesmo espaço de controvérsias que emergem iniciativas de resistência e cuidado, expressas por ONGs, conselhos municipais, agricultores e moradores. Cada um, à sua maneira, tenta responder à pergunta: como preservar o rio e, ao mesmo tempo, garantir o modo de vida que dele depende?

A agricultura familiar e o turismo sustentável, discutidos na segunda seção, exemplificam essa tentativa de conciliação. Os agricultores que replantam árvores e restauram nascentes e os empreendedores que adaptam suas atividades para reduzir impactos ambientais, expressam um movimento de reconciliação com o território. A partir dessas práticas, o rio deixa de ser apenas um recurso natural e passa a ser um parceiro de existência, um agente que ensina, desafia e reconfigura o cotidiano. Trata-se de uma noção próxima à de Ingold (2015) sobre "habitar o mundo", defendendo que as trajetórias de humanos e não humanos se desenrolam em um fluxo contínuo e mútuo.

A educação ambiental, por sua vez, aparece como o elo que articula essas diferentes esferas. Projetos como o Ciliares, e ações de instituições como a ONG Instituto Astral e o CONDEMA, demonstram que o conhecimento e o pertencimento caminham lado a lado. Aprender com o rio é também aprender a ver-se nele, compreender que o equilíbrio ecológico depende de práticas coletivas de cuidado e responsabilidade. Essa dimensão formativa é essencial para sustentar políticas públicas eficazes e sensibilizar as gerações futuras, fortalecendo a identidade ambiental de Brotas.

No entanto, durante a pesquisa em campo, constatou-se que Brotas enfrenta hoje uma crise hídrica crescente, perceptível tanto no nível das águas do Jacaré-Pepira quanto na

disponibilidade de nascentes e afluentes. O assoreamento, o desmatamento das margens e o uso intensivo da água pelo turismo e pelo agronegócio vêm comprometendo o equilíbrio do ecossistema local. A cidade que se construiu em torno do rio, tanto em termos econômicos quanto simbólicos, agora se vê diante da necessidade de reaprender a conviver com a escassez. Esse cenário reforça a urgência de repensar modelos de desenvolvimento e de fortalecer políticas de governança integradas, que articulem saberes técnicos, científicos e populares.

Em resposta a esse cenário e com o objetivo de subsidiar políticas de gestão de recursos hídricos, a Prefeitura da Estância Turística de Brotas, por meio da Secretaria de Agricultura, estabeleceu uma parceria técnica com a FATEC JAHU (Faculdade de Tecnologia de Jahu), a partir de junho de 2024<sup>14</sup>. Essa iniciativa visa o monitoramento contínuo da vazão do Rio Jacaré-Pepira, acompanhando de perto o volume, a velocidade de escoamento e o nível da lâmina d'água. Os dados são coletados mensalmente por uma sonda submersa e transformados em tabelas e boletins que explicam o comportamento hidrológico do rio diante das mudanças climáticas. Tais informações são cruciais, pois complementam o Estudo Hidrológico da bacia, permitindo o planejamento da distribuição de água potável, a prevenção de crises hídricas e a garantia de um uso sustentável do recurso, fundamental para atender às necessidades da população e para a manutenção dos ecossistemas locais.

Assim, a crise hídrica em Brotas não deve ser compreendida apenas como um sintoma ambiental, mas como um sinal de desequilíbrio nas relações entre sociedade e natureza. Ela expõe as consequências de um modelo de uso da água centrado no consumo e na exploração, e evidencia a necessidade de construir novas éticas de convivência com o ambiente. A preservação do Jacaré-Pepira, portanto, depende não só de tecnologias ou políticas públicas, mas também de mudanças nas formas de perceber, sentir e se relacionar com o rio.

Dessa forma, o presente trabalho evidencia que o futuro do Rio Jacaré-Pepira demanda uma mudança de paradigma, estando profundamente ligado à capacidade dos brotenses de governar *com* o rio, e não sobre ele, reconhecendo-o como agente ativo e co-produtor do território. O desafio não é apenas restaurar margens ou reduzir o assoreamento, mas reconstruir vínculos entre pessoas, águas e territórios. Como apontam os autores, Ingold (2015) e De la Cadena (2024), é nesse entrelaçamento de mundos humanos e

---

<sup>14</sup> Informação coletada do site da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Brotas. Disponível em: <<https://www.brotas.sp.gov.br/noticias/agricultura/monitoramento-do-rio-jacare-pepira-parceria-da-secretaria-de-agricultura-de-brotas-com-a-fatec-jahu>>.. Acesso em: 21 de out. 2025

mais-que-humanos que se torna possível imaginar outros modos de vida mais atentos, recíprocos e sustentáveis.

O rio que um dia uniu a cidade pelo turismo e pela aventura hoje convoca seus habitantes a um novo tipo de travessia: a da consciência ecológica e da responsabilidade compartilhada. Nessa travessia, cada gesto, como plantar uma árvore, recuperar uma nascente, ensinar uma criança sobre o ciclo da água, torna-se um ato político e simbólico de resistência, reafirmando que cuidar do rio é, em última instância, cuidar da própria vida em Brotas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNELLI, Selma. **A implementação da atividade turística em Brotas – SP: euforia e declínio**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), Araraquara, 2006.

BANDEIRA, M. M.; SOUTTO MAYOR, S. T. **A construção da ‘capital brasileira da aventura’: a transformação da cidade de Brotas em destino turístico-esportivo nas décadas de 1980 e 1990**. Caminhos Da História, Montes Claros, v. 26, n. 1, p. 128-147, 2021.

DE LA CADENA, Marisol. **Natureza incomum: histórias do antropo-cego**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, p. 95-117, abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Seres-terra. Cosmopolíticas em mundos andinos**. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2024

FERREIRA, Amanda F. L. PUIG DE LA BELLACASA, Maria Puig. 2017. Matters of Care: Speculative Ethics in More Than Human Worlds [**Resenha**] In: Revista Antropologia da UFSCar, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 308-314, jul./dez. 2022. Disponível em: <<https://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2023/07/14.2-15.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2025.

GLOBO. **Falta de curvas de nível em canaviais causa assoreamento e ameaça rio em Brotas**. Rio de Janeiro: Jornal da EPTV 2ª Edição, 2023. [Duração do vídeo: 5 min 19 s]. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/11415352>>. Acesso em: 16 out. 2025.

GOVERNO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS. **Dossiê sobre os problemas de manejo de solo e impactos ambientais no Município de Brotas**. Brotas, 2023. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/1D3C3h74ZKVYSWoIUI9SITMTHrFDurlN/view?usp=sharing>>. Acesso em: 15 out. 2025.

INGOLD, Tim. **A temporalidade da paisagem**. In: BESSA, Altamiro S. M. (org.). *A unidade múltipla: ensaios sobre a paisagem*. Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da UFMG, 2021, p. 110-156.

\_\_\_\_\_. **Estar Vivo: Ensaio sobre Movimento, Conhecimento e Descrição**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. **Lines: a brief history**. London: Routledge, 2007

INSTITUTO ASTRAL. **O Rio Jacaré Pepira**. Brotas, 2025. Disponível em: <<https://institutoastral.com.br/o-rio-jacare-pepira/>>. Acesso em: 20 de out. 2025

MARCURIO, Gabriela de P. **A Máquina do terror - A luta das pessoas atingidas pelo desastre da Samarco em Mariana**. São Paulo, EDUFSCAR, 2025.

MELO, Bruno Almeida de. **Turismo e Antropologia: uma aproximação possível**. Revista Turismo em Análise, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 5-12, maio 2004.

OLIVEIRA, Lucas da Silva. **A concessão do Parque Nacional de Jericoacoara: cenário atual e os dilemas do turismo na Vila de Jericoacoara**. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 15., 2025, Salvador. Anais da XV Reunião de Antropologia do Mercosul. Salvador: UFBA, 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS. **Geofísica**. Brotas, 2025. Disponível em: <<https://www.brotas.sp.gov.br/geofisica>>. Acesso em: 21 de ou. 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS. **Monitoramento do Rio Jacaré Pepira: Parceria da Secretaria de Agricultura de Brotas com a FATEC JAHU**. Brotas, 2025. Disponível em: <<https://www.brotas.sp.gov.br/noticias/agricultura/monitoramento-do-rio-jacare-pepira-parceria-da-secretaria-de-agricultura-de-brotas-com-a-fatec-jahu>>. Acesso em: 21 de ou. 2025

PUIG DE LA BELLACASA, Maria. **Matters of Care: Speculative Ethics in More than Human Worlds**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

ROMEIRO, Ana Luiza Sousa; FILHO, Benedito Souza. **As múltiplas faces do turismo: apropriação da natureza e as implicações do turismo para comunidades tradicionais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.** In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 15., 2025, Salvador. Anais da XV Reunião de Antropologia do Mercosul. Salvador: UFBA, 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Negócios da Agricultura e Abastecimento. Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). *Mapa da distribuição espacial das várzeas na Bacia Hidrográfica do Rio Jacaré-Pepira.* [S.l.]: Instituto Agrônomo de Campinas, 1970. Cópia editada em 1970.

SILVA, Cristhyan Kaline Soares da. **Etnografando paisagens: entre serras e baixões no sudoeste do Piauí.** In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, São Carlos, v. 5, n. 5, 2021, p. 1209-1222, nov/2021. Disponível em: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/3763/3634>>. Acesso em: 16 out. 2025.

SILVA, Yolanda Flores e. **Antropologia, conceito de cultura e o campo de pesquisa etnográfico na pesquisa em turismo.** In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 5., 2008, Belo Horizonte. Anais do V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Belo Horizonte.

RAMOS, Adriana; BUSSAB, Leila; SOUZA, Mônica e SANSONI, Silvia. Brotas: cotidiano & história. 1996.